

FLÁVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES
Professor Adjunto da FEA-USP

**CRÉDITO E BANCOS
NO DESENVOLVIMENTO
DA ECONOMIA PAULISTA
1850 - 1930**

São Paulo
Instituto de Pesquisas Econômicas
1986

Capítulo IV

Crédito e Sistema Bancário em São Paulo Durante a Primeira República (1889-1930)

O quadro do sistema bancário, atrás delineado para os anos oitenta do século passado, ganha contorno nítido durante a Primeira República. Sedimenta-se o núcleo de bancos nacionais e estrangeiros cuja vitalidade é atestada por sua longa permanência na economia paulista. Em torno desse núcleo nascem outros tantos estabelecimentos de crédito que acabam por sucumbir ante conjunturas pouco favoráveis aos negócios bancários.

No tópico inicial deste capítulo, procuramos descrever as mudanças sofridas pelo sistema bancário de São Paulo entre 1890 e 1930. Definidos três grupos de bancos, tentamos anotar do modo mais completo possível, a formação e o desaparecimento de sociedades de crédito. Ao mesmo tempo, podemos indicar a magnitude relativa de cada estrato definido e, dentro de cada estrato, os estabelecimentos de maior presença no mercado de crédito. Trata-se, portanto, de reconstruir, no plano empírico, a estrutura do sistema bancário de São Paulo em alguns momentos da Primeira República.

O segundo tópico pretende observar as características operacionais peculiares de cada grupo de bancos: qual a origem dos recursos e quais as aplicações típicas de um banco nacional ou de um estrangeiro? É possível levantar alguns elementos indicativos para descrever o circuito do crédito na economia paulista. Aliás, para tanto, fazemos uso de evidência que é particularizada no terceiro tópico: os bancos de São Paulo apresentam vínculos, ao nível de propriedade e de administração, com empresas de outros setores a estreitar as relações comerciais entre elas. Acreditamos mesmo que este fato constitua peculiaridade da economia paulista e que responde, por certo rumo de seu desenvolvimento.

Finalmente, no último tópico buscamos evidenciar os efeitos da conjuntura econômica sobre os estabelecimentos de crédito. Além de nos referirmos ao sistema bancário como um todo, lançamos mão de informações particulares sobre alguns bancos escolhidos a fim de acompanhar mais de perto esses efeitos.

1. Estrutura do Sistema Bancário (1890-1930)

No capítulo anterior, admitimos que se tem, na década de 80, a emergência do sistema bancário em São Paulo. Não se trata mais de bancos isolados em número

mínimo e sim de um conjunto de estabelecimentos integrados nos mercados de São Paulo e de Santos. Vale reproduzir os dados para 31 de dezembro de 1887, agrupados agora em dois estratos diferenciados: o de bancos nacionais e o de bancos estrangeiros.

TABELA 1
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO - ANO DE 1887
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	DEPÓSITOS	%	CAIXA	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	2.509.129	10	1.434.114	35	4.629.747	14
NACIONAIS	22.772.654	90	2.622.300	65	28.554.221	86
TOTAL	25.281.783	100	4.056.414	100	33.183.968	100

Fonte: *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*. São Paulo, Leroy King Bookwalter, 1888, p. 170.

Lembramos que em 31 de dezembro de 1887 estão registrados apenas dois bancos estrangeiros, ambos com agências em São Paulo e Santos: English Bank of Rio de Janeiro e London & Brazilian Bank. Diversamente do que intuitivamente se poderia esperar, sua participação no total das contas do sistema bancário é relativamente pequena. Entre os nacionais, além do Banco do Brasil (Caixa Filial) e do Banco Mercantil de Santos, encontramos bancos nacionais originários da cidade de São Paulo: Comercial, Crédito Real, da Lavoura e Casa Bancária da Província de São Paulo.

As medidas monetárias do último gabinete imperial, implementadas e ampliadas ao início da República, em conjunto com o novo regulamento sobre Sociedades Anônimas, conduzem à rápida multiplicação do número de bancos e de companhias em geral. Sem nos determos no exame dos eventos relativos ao chamado Encilhamento, podemos apenas indicar seus efeitos quanto ao setor bancário de São Paulo.

O observador apressado que percorra a imprensa da Capital, por exemplo, entre 1891 e 1898, fica impressionado com a quantidade de novos estabelecimentos bancários (e sociedades em geral) a registrar nesses anos. Qualquer conclusão com base nesses dados corre o risco da imprecisão por exagero.

Se avançar sua pesquisa alguns anos à frente, poderá observar o desaparecimento de grande parte das companhias formadas no início da República. No balanço final, se o resultado não é nulo, também não atinge o vulto prometido pelo movimento dos primeiros momentos.

De qualquer modo, convém arrolar os nomes e algumas características dos bancos nascidos entre 1891 e 1893. Dos bancos registrados em 1887, apenas o Comercial de São Paulo não pode ser localizado. O Banco do Brasil transferiu, em 1891,

ativo e passivo de sua Caixa Filial de São Paulo ao Banco Construtor e Agrícola de São Paulo, deixando, pois, de operar no Estado (1). A Casa Bancária da Província de São Paulo já se transformara no Banco do Comércio e Indústria de São Paulo. Além dos bancos existentes em 1887, devemos anotar a formação, em 1889, de dois novos estabelecimentos: o de São Paulo e o Provincial de São Paulo. Entre os bancos estrangeiros, houve a transformação do English Bank em The British Bank of South America e a organização do Brasilianische Bank für Deutschland.

Ao lado destes estabelecimentos de existência mais prolongada, encontramos referências a grande número de empresas bancárias cuja duração, no mais das vezes, é de alguns meses ou anos. Vale arrolar os nomes registrados ao se percorrer as páginas da imprensa de São Paulo. Em 1891: Auxiliar do Comércio, Construtor e Agrícola de São Paulo, São Paulo e Rio de Janeiro, do Estado, dos Lavradores, Melhoramentos, da Bolsa de São Paulo, Predial de São Paulo, de Caução, de Crédito Móvel, do Povo, Ítalo-Brasileiro, Construtor e Auxiliar de Ribeirão Preto, Comercial da Bolsa de São Paulo, Metropolitano do Brasil (agência em São Paulo), Norte de São Paulo (Vale do Paraíba), Operário e Territorial de São Paulo (depois Industrial e Agrícola de São Paulo), Municipal de Pindamonhangaba. Em 1893 e 1894, encontramos ainda referências a outros bancos: de Santos, de Araraquara, União de São Carlos, Melhoramentos do Jahú, Popular de Guaratinguetá, Hipotecário de São Paulo (já em liquidação) (2). Somam cerca de 25 estabelecimentos bancários — além dos já existentes antes de 1891 — que deveriam manter agências no Estado. Poucos desses bancos resistem, por exemplo, até 1895. Ainda assim, vale registrar algumas informações significativas.

Antes de mais nada, a cidade de São Paulo reforça sua posição como principal centro financeiro do Estado. Aí surge a maior parte dos bancos, com base em elementos pertencentes a seu comércio ou a outras atividades urbanas. Ao mesmo tempo, Santos, grande centro de comércio de café, tende a perder o papel de relevo que exercera nas fases iniciais da exportação do produto por aquele porto. Aliás, essa disputa no plano financeiro reproduz conflito mais geral entre o capital mercantil de São Paulo e de Santos, cuja expressão mais acabada se coloca nos debates a respeito da instalação de Alfândega em São Paulo (3).

As informações relativas aos anos 1891 a 1894 permitem delinear ainda uma característica marcante do sistema bancário de São Paulo: três grupos de bancos já se consolidam nesses anos, embora dentro de cada grupo haja substanciais mudanças ao longo da Primeira República: bancos estrangeiros, bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo e os nacionais com sede em outras cidades do Estado (Santos, Cam-

(1) *Diário Popular*, 14/2/1891, p. 2.

(2) Todas as informações a respeito de bancos entre 1891 e 1894 foram obtidas em: *Diário Popular* e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 1891/3; *O Estado de São Paulo*, 1893/4.

(3) A respeito da Alfândega de São Paulo ver SAES, F. A. M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979. (mimeo), p.p. 147-51.

pinas e demais cidades do interior). Ao longo deste capítulo, procuramos mostrar que essa classificação não é meramente formal. Pelo contrário, atende ao âmbito das operações realizadas pelos bancos e também aos vínculos dessas empresas financeiras com diferentes frações do capital.

Os dados disponíveis para o ano de 1895 – os mais completos que pudemos obter para o período – revelam esses traços característicos da estrutura do sistema bancário de São Paulo, como se vê na Tabela 2.

Os bancos estrangeiros – British Bank, London & Brazilian e Brasilianische Bank – absorviam 16,3% dos depósitos, realizavam 9,2% dos empréstimos e mantinham 29,3% do encaixe total dos bancos de São Paulo. Como em 1887, sua participação está longe de ser dominante ao nível do Estado.

TABELA 2
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO – ANO DE 1895
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	CAIXA	%	DEPÓSITOS	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	11.446:228	29,3	17.240:669	16,3	11.113:162	9,2
NACIONAIS CAPITAL	22.974:433	58,8	71.783:983	67,8	86.719:443	71,6
NACIONAIS INTERIOR	4.646:318	11,9	16.794:284	15,9	23.225:479	19,2
TOTAL	39.066:979	100,0	105.818:936	100,0	121.058:084	100,0

FONTE: *Relatório da Associação Commercial de São Paulo. Anno de 1895.* São Paulo, Typographia da Industrial de São Paulo, 1896, p. 93.

O Estado de São Paulo. Janeiro a Abril de 1896.

Correio Paulistano. Janeiro a Março de 1896.

Diário Popular. Janeiro e Fevereiro de 1896.

Bancos registrados: Brasilianische Bank, London & Brazilian Bank, British Bank; Crédito Real de São Paulo, Banco de São Paulo, dos Lavradores, União de São Paulo, Construtor e Agrícola de São Paulo, do Commercio e Indústria de São Paulo, Casa Bancária Dumont e Casa Bancária Robertson; Banco de Araraquara, de Santos, de Ribeirão Preto, União de São Carlos, Mercantil de Santos, de Piracicaba, Norte de São Paulo.

Os bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo respondiam por 67,8% dos depósitos, 71,6% dos empréstimos e 58,8% do dinheiro em caixa. Estes valores, no entanto, reproduziam a posição do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, que isoladamente assumia: caixa: 41,5% do total de todos os bancos; depósitos:

35,5% e empréstimos: 22,0%. Os demais bancos deste grupo já foram anotados anteriormente: Crédito Real, Lavradores, São Paulo, União de São Paulo, Construtor e Agrícola. Duas casas bancárias se somavam a este grupo: Dumont & Cia. e Robertson & Cia. Esta última tinha como sócio o antigo Diretor Gerente do Banco da Lavoura — H. Robertson — a sugerir a possível continuidade daquele banco — não mais existente em 1895 — nessa Casa Bancária (4).

Os demais bancos nacionais — de Santos e cidades do interior — participavam com 11,9% do encaixe, 16,3% dos depósitos e 9,2% dos empréstimos. O Banco Mercantil de Santos, mais antigo e de maior porte, contava, em média, com metade desses valores. A seu lado, o Banco de Santos apresentava contas bastante inferiores. Nas cidades do interior registramos os dados dos seguintes bancos: de Araraquara, de Ribeirão Preto, União de São Carlos, de Piracicaba e Norte de São Paulo, todos eles formados entre 1891 e 1893 e cuja duração foi de cerca de dez anos.

Os dados computados na Tabela 2 incluem algumas omissões, mais importantes no plano qualitativo do que no quantitativo. O confronto dos estabelecimentos aí registrados com os presentes no Almanaque do Estado para 1895 nos permite indicar a existência das seguintes instituições: na Capital — casas bancárias Dolivais, Nunes & Cia., Eboli & Cia., Nazareth, Velasco & Cia., Nicolino Barra & Cia., Camillo, Matarazzo & Cia., Enzo Bacchi & Cia., João Bricolla & Gatti, Camillo Cresta & Cia. e M. Ribeiro Jr. (5).

No interior — Banco Industrial Amparense, em Amparo (6); Banco Popular de Guaratinguetá; Banco Popular de Taubaté, Banco Melhoramentos do Jahú, Banco Construtor e Auxiliar de Ribeirão Preto e as casas bancárias Angelo Zeberti, Domingos Quirollo e Pedro Battaglia em Ribeirão Preto. De modo geral, o pequeno porte dos estabelecimentos omitidos parece não conduzir a um viés expressivo quanto aos dados obtidos para 1895.

Ao longo do período em estudo, a participação relativa dos diferentes grupos de bancos no mercado de crédito sofre mudança substancial que já é possível observar, em algum grau, no ano de 1901. Nesse ano, registra-se o avanço dos bancos estrangeiros em detrimento dos bancos nacionais com sede em Santos e no interior, como se vê na Tabela 3.

O grupo de bancos estrangeiros, que em 1895 contava com três instituições (British Bank, London & Brazilian e Brasilianische Bank), foi acrescido até 1901 de três novos estabelecimentos: London & River Plate Bank, Banque Française du Bré-

(4) Esta possibilidade é aventada — embora não possamos confirmá-la plenamente por meio de documentos — pois é muito comum, de 1895 a 1898, a dissolução de Sociedades Anônimas para transformá-las em sociedades limitadas ou firmas individuais. Esta hipótese também é proposta, no sentido da formação das sociedades anônimas, por TANNURI, L. A. *O Encilhamento*. São Paulo, Hucitec; Campinas, Funcamp, 1981, p. 117.

(5) *Completo Almanak Administrativo, Commercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895, contendo todos os Municipios e Districtos. Nono Anno*. São Paulo, Companhia Industrial de São Paulo, 1895, p.p. 198-205.

(6) Este banco tinha a seu cargo a iluminação pública de Amparo. Durante algum tempo atuou também como banco comercial.

sil e Banca Commerciale Italiana de São Paulo (embora este último pareça mais um banco de imigrantes italianos do que um banco propriamente italiano) (7). A participação dos bancos estrangeiros eleva-se para valores entre 20 e 30%: embora os novos bancos contribuam para esse aumento, dois dos antigos respondem pela maior parte das contas do grupo — London & Brazilian e Brasilianische.

Os bancos nacionais com sede na capital mantinham sua participação anterior no mercado de crédito — de 60 a 70% — e também a presença marcante do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo. O mesmo quadro de bancos de 1895 se repete em 1901 (Comércio e Indústria, Crédito Real, Banco de São Paulo, dos Lavradores, Construtor e Agrícola e União de São Paulo); não encontramos dados sobre as duas casas bancárias (Dumont e Robertson) de 1895, embora passemos a registrar a Casa Bancária Italiana, estabelecimento de pequeno porte, pertencente a residentes na Capital (8).

TABELA 3
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO — ANO DE 1901
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	CAIXA	%	DEPÓSITOS	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	16.602:177	28,0	29.945:827	27,7	28.522:128	22,2
NACIONAIS CAPITAL	40.906:567	69,0	69.285:206	64,1	84.610:099	66,0
NACIONAIS INTERIOR	1.798:280	3,0	8.882:420	8,2	15.190:129	11,8
TOTAL	59.307.024	100,0	108.113:453	100,0	128.322:356	100,0

FONTE: Repartição de Estatística e do Archivo de São Paulo. *Anuario Estatístico de São Paulo (Brazil). 1901.*

São Paulo, Typographia do Diario Official, 1904, p.p. 734-739.

O Estado de São Paulo. Janeiro e Fevereiro de 1902.

Bancos registrados: Brasilianische Bank, British Bank, Commerciale Italiano di S. Paulo, Française du Brésil, London & Brazilian, London & River Plate Bank; Banco de São Paulo, do Commercio e Industria de São Paulo, União de São Paulo, Construtor e Agrícola de São Paulo, dos Lavradores, Casa Bancária Italiana; de Ribeirão Preto, União de São Carlos, Regional de Mocóca, Industria e Comercio de Piracicaba, Melhoramentos do Jahú, de Piracicaba, Ítalo-Popular, Norte de São Paulo.

(7) *Diario Official do Estado de São Paulo.* 24/5/1900. Banco Commerciale Italiano, p.p. 1226-8.

(8) *Diario Official do Estado de São Paulo.* 9/5/1901. Casa Bancária Italiana.

Já aos bancos com sede no interior restava menor parcela do mercado de crédito. Os dois bancos do litoral – Banco de Santos e Banco Mercantil de Santos – não fornecem dados para o ano de 1901. Sabemos que nesse ano, o Banco Mercantil de Santos já se encontrava em liquidação (9), mas não temos informações precisas sobre o Banco de Santos, não mais localizado durante a Primeira República. Entre os bancos do interior devem ocorrer omissões (por exemplo do Banco Popular de Guaratinguetá), porém sem maior efeito sobre o conjunto de dados apresentados. Neste ano, em particular, as contas do Banco União de São Carlos elevavam artificialmente os valores totais de caixa, depósitos e empréstimos: em 1902, o banco entra em liquidação por não poder saldar seus compromissos, reflexo de operações excessivamente elevadas para seus recursos (10). Neste grupo do interior novos bancos são identificados: Regional de Mocóca, Indústria e Comércio de Piracicaba, Ítalo-Popular (de São Carlos do Pinhal), de Ribeirão Preto, e Piracicaba.

O quadro traçado para 1901, além de algumas omissões, esconde o amplo movimento de formação e desaparecimento de sociedades bancárias ocorrido entre 1895 e 1901. Indicamos, a seguir, alguns desses bancos que, em geral, sucumbem a partir de 1899 diante dos efeitos da política monetária restritiva imposto no Governo Campos Sales e orientada por Joaquim Murinho: em 1896, o banco Construtor e Agrícola de Ribeirão Preto encontra-se em liquidação (11). Em 1899, vários bancos surgem na seção comercial dos jornais, provavelmente formados nesse mesmo ano: Banco Cambial, Banco Popular de São Paulo, Casa Bancária e Industrial, Banco Italiano (de Campinas), Banco de Câmbio Ítalo-Paulista, Banco Comercial Paulista, Banco de Crédito Italiano, Casa Bancária P. Alexandrino de Almeida e Cia., Casa Bancária Paulista.

Curiosamente, em 1900 encontramos bancos em formação ao mesmo tempo que outros já entram em fase de liquidação: formam-se o Banco Campineiro, Banco de São Carlos, Banco Colonial, Banco Português de São Paulo. Já o Banco Comercial Paulista em assembleia de dezembro de 1900 tem sua liquidação amigável aprovada por seus acionistas. Por outro lado, a diretoria do Banco Cambial apresentava a proposta de redução do capital no relatório referente ao ano de 1900. No ano de 1901 repete-se o mesmo fato: instala-se o Banco de Crédito Popular e a Casa Bancária Italiana, ao passo que o Banco Colonial já se encontra em liquidação forçada; a Casa Bancária e Industrial observa proposta de dissolução da sociedade e a Casa Bancária Paulista deixa de existir como sociedade anônima (12). Esta longa enumeração – há quinze estabelecimentos aí envolvidos – torna mais real a visão do sistema bancário,

-
- (9) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 28/11/1900, p.p. 3987-8. Banco Mercantil de Santos. Ata de Assembleia Geral de 14/11/1900.
- (10) VIDAL, B. de A. S. *O Caso do Banco União de São Carlos de 1902*. S. Paulo, Seção de Obras de O Estado de São Paulo, 1925.
- (11) *O Estado de São Paulo*. 24/4/1896, p. 3.
- (12) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 12/8/1899, p. 1904. Banco Cambial.
Diário Oficial do Estado de São Paulo. 8/1/1899, p.p. 68-9. Banco Popular de São Paulo.
Diário Oficial do Estado de São Paulo. 17/1/1899, p. 134. Casa Bancária e Industrial.
Diário Oficial do Estado de São Paulo. 19/1/1899, p.p. 159-60. Banco Italiano.
Diário Oficial do Estado de São Paulo. 2/3/1899, p.p. 490-1. Banco de Câmbio Ítalo-Paulista.

excessivamente simplificada por quem apenas observa os quadros sintéticos de anos isolados. Embora não possamos garantir que todos esses bancos já não existam em 1901, é provável que poucos continuem a funcionar ao fim do ano. Trata-se, quase sempre, de estabelecimentos de pequeno porte, cujas contas modificariam pouco os resultados obtidos na Tabela 3.

Os efeitos da crise bancária de 1901 são particularmente marcantes no Rio de Janeiro. Em São Paulo, no entanto, não deixam de ser sentidos, embora se prolonguem por alguns anos mais. Em 1906 pudemos encontrar apenas dois bancos com sede na Cidade de São Paulo: Comércio e Indústria e Banco de São Paulo. O Banco dos Lavradores tem sua liquidação aprovada em novembro de 1904 e o Banco Construtor e Agrícola, no mês seguinte, reduzira seu capital, prenúncio de posterior encerramento (13). Sabemos também da liquidação do Banco de Crédito Real de São Paulo em 1906, ao mesmo tempo, em que o Banco União abandonava as operações de crédito para dedicar-se exclusivamente a suas empresas industriais. Desse modo, o grupo de bancos nacionais com sede na Capital do Estado fica reduzido aos dois estabelecimentos citados: se como grupo, tem sua posição enfraquecida, é claro que individualmente aproveitam-se da concentração bancária que decorre da crise do começo do século. Ainda assim, tanto em valores nominais de depósitos, empréstimos e encaixe quanto na participação relativa no todo do sistema, este grupo sofre redução significativa. Reduz-se a cerca de 50% sua parcela do mercado (ela que era de 60 a 70%).

Os bancos do interior adquirem a feição que cremos, ser definitiva durante a Primeira República: a pequena, mas estável, participação no total das operações de crédito do Estado (em geral de 2 a 4%), de modo a refletir a existência de razoável número de bancos de pequeno porte. A estabilidade dessa parcela parece resultar

Diario Official do Estado de São Paulo. 22/1/1899, p.p. 196-7. Banco Comercial Paulista.

Diario Official do Estado de São Paulo. 21/5/1899, p. 1116. Banco di Crédito Italiano.

Diario Official do Estado de São Paulo. 16/3/1899, p. 594. Casa Bancária P. Alexandrino Almeida e Cia.

Diario Official do Estado de São Paulo. 3/9/1899, p. 2124. Casa Bancária Paulista.

Diario Official do Estado de São Paulo. 1/3/1900, p.p. 459-60. Banco Campineiro.

Diario Official do Estado de São Paulo. 24/2/1900, p. 434. Banco de São Carlos.

Diario Official do Estado de São Paulo. 8/3/1900, p. 513. Banco Colonial.

Diario Official do Estado de São Paulo. 16/6/1900, p. 1402. Banco Português de São Paulo.

Diario Official do Estado de São Paulo. 22/12/1900, p. 4424. Banco Comercial Paulista.

Diario Official do Estado de São Paulo. 29/1/1901, p. 369. Banco Cambial.

Diario Official do Estado de São Paulo. 30/1/1901, p. 386. Banco de Crédito Popular.

Diario Official do Estado de São Paulo. 9/5/1901, p.p. 1318-9. Casa Bancária Italiana.

Diario Official do Estado de São Paulo. 28/9/1901, p. 2404. Banco Colonial. Convocação dos Credores da liquidação forçada.

Diario Official do Estado de São Paulo. 31/12/1901, p. 3102. Casa Bancária e Industrial.

Diario Official do Estado de São Paulo. 6/7/1901, p. 1764. Casa Bancária Paulista.

(13) *Diario Official do Estado de São Paulo.* 30/11/1904, p. 2450. Banco dos Lavradores.

Diario Official do Estado de São Paulo. 30/12/1904, p. 2697. Banco Construtor e Agrícola.

mais das condições de mercado do que da permanência de cada um dos bancos: novos estabelecimentos são formados e antigos são liquidados com frequência bastante grande. Os bancos registrados em 1906 no interior já são conhecidos em 1901; apenas o Banco di Sconti di Piracicaba, de 1903, inova o rol anteriormente apresentado (14).

A Tabela 4 – referente ao ano de 1906 – registra, portanto, o substancial avanço dos bancos estrangeiros que de parcelas entre 20 e 30%, passam a deter 38,9% dos depósitos, 41,8% dos empréstimos e 53% do encaixe do sistema bancário em São Paulo. Apenas um novo banco surge no período: Italiano del Brésile, de duração efêmera. Os principais estabelecimentos estrangeiros continuam a ser o London & Brazilian, British Bank e Brasilianische Bank.

TABELA 4
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO – ANO DE 1906
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	CAIXA	%	DEPÓSITOS	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	18.240.057	53,0	37.154.418	38,9	40.568.503	41,8
NACIONAIS CAPITAL	14.948.907	43,4	55.080.471	57,6	52.586.099	54,1
NACIONAIS INTERIOR	1.243.959	3,6	3.396.660	3,5	3.974.986	4,1
TOTAL	34.432.923	100,0	95.631.549	100,0	97.129.588	100,0

FONTE: Repartição de Estatística e do Archivo de São Paulo. *Anuario Estatístico de São Paulo (Brazil). 1906. Estatística Económica e Moral*. Vol. II, São Paulo, Typographia Espindola & Comp., 1909, p.p. 95-99.

O Estado de São Paulo. Janeiro de 1907.

Bancos registrados: Estrangeiros: Brasilianische Bank, British Bank, Commerciale Italiano di S. Paulo, Italiano del Bresile, London & Brazilian e London & River Plate Bank. Nacionais – Capital: Commercio e Industria de S. Paulo e Banco de S. Paulo. Nacionais – Interior: Campineiro, Industria e Comercio de Piracicaba, di Sconto de Piracicaba, Regional de Mocóca, Melhoramentos do Jahú.

(14) *Diario Official do Estado de São Paulo*, 4/3/1903. Estatutos do Banco di Sconti di Piracicaba.

Do mesmo modo que no período anterior, há formação de novos bancos que escapam, no entanto, ao registro da Tabela 4, talvez por não sobreviverem até 1906. Por exemplo: Banco Internacional, Banco Ítalo Comercial (São Carlos do Pinhal), Banco Italiano, Banco Italiano de Ribeirão Preto, Banco Popular de Campinas, Banco de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto e Banco do Comércio e Indústria de Mocóca (15). São todos pequenos bancos, com capital de 50 a 100 contos de réis (quando o Comércio e Indústria de São Paulo tinha, entre capital e reservas, mais de 20 mil contos de réis).

TABELA 5
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO – ANO DE 1910
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	CAIXA	%	DEPÓSITOS	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	35.101.629	46,1	93.635.449	50,7	70.603.566	44,2
NACIONAIS CAPITAL	40.241.048	52,8	86.016.892	46,6	84.965.483	53,1
NACIONAIS INTERIOR	857.816	1,1	4.970.229	2,7	4.343.752	2,7
TOTAL	76.200.493	100,0	184.622.570	100,0	159.912.801	100,0

FONTE: Repartição de Estatística e Archivo do Estado. *Anuario Estatístico de São Paulo (Brazil)*. 1910. *Estatística Economica e Moral*. Vol. II, São Paulo, Duprat & Comp., 1912. *O Estado de São Paulo*. Janeiro de 1911. *Correio Paulistano*. Janeiro de 1911.

Bancos registrados: Estrangeiros: Francese e Italiano per l'America del Sud, Brasilianische Bank, British Bank, London & River Plate Bank.
Nacionais – Capital: Banco de São Paulo, do Commercio e Industria de S. Paulo e de Crédito Hypothecario e Agrícola do Estado de São Paulo.
Nacionais – Interior: di Sconto di Piracicaba, Melhoramentos do Jahú, Popular de Guaratinguetá, Regional de Mocóca, Campineiro.

- (15) *Diario Oficial do Estado de São Paulo*. 30/1/1900, p.p. 232-3. Estatutos do Banco Internacional.
Diario Oficial do Estado de São Paulo. 6/3/1902, p. 491. Banco Ítalo Comercial.
Diario Oficial do Estado de São Paulo. 15/4/1902, p. 799. Banco Italiano.
Diario Oficial do Estado de São Paulo. 26/11/1902, p.p. 2499-500. Banco Italiano de Ribeirão Preto.
Diario Oficial do Estado de São Paulo. 17/2/1903, p.p. 367-8. Banco Popular de Campinas.

O quadro obtido para o ano de 1910 -- resumido na Tabela 5 -- não altera, em essência, o panorama de 1906. As participações relativas de cada grupo sofrem pequenas variações. Dois novos bancos estão aí registrados: entre os estrangeiros, a Banca Francesa e Italiana per l'America del Sud que rapidamente assume posição importante entre os bancos estrangeiros. Como veremos no terceiro tópico deste capítulo, a Banca Francesa está ligada a movimento peculiar do capital estrangeiro na economia brasileira. O prenúncio de seu avanço está marcado por acordo feito entre o Banco Commerciale Ítalo-Brasileiro (antes Commerciale Italiano) com Banque de Paris et de Pays Bas, ao qual a Banca Francesa está ligado (16). Em 1909 foi fundado, ainda, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo: este banco nasce de concessão do Governo do Estado de São Paulo (inclusive com garantia de juros) para uma sociedade que fornecesse crédito sob hipoteca, em especial para a agricultura. O banco foi concedido a uma sociedade francesa que o organiza e o mantém até 1926 quando é encampado pelo próprio Governo do Estado.

Os bancos do interior anotados nesse ano já são conhecidos de período anterior. Não incluímos no grupo um conjunto de bancos de organização semelhante que se dissemina no interior do Estado: são os chamados bancos de Custeio Rural. Eram sociedades de crédito de caráter cooperativo cujo objetivo estava em fornecer empréstimos para custeio agrícola a seus associados. Em 1911, havia trinta e seis bancos de custeio rural no Estado: seu capital realizado não ia além de mil e duzentos contos de réis (para o conjunto dos bancos); o total de depósitos e letras descontadas (cerca de dez mil contos réis) (17) era inferior aos depósitos de apenas um banco da capital -- o Banco de São Paulo, aliás bem menor do que o do Comércio e Indústria de São Paulo. Este fato, aliado ao rápido desaparecimento dos Bancos de Custeio Rural, sugere a pequena expressão e eficácia desses institutos.

Até aqui temos tratado apenas com números relativos da participação de cada grupo no total do sistema bancário de São Paulo. Vale observar, no entanto, os números absolutos entre 1895 e 1906, ao lado dos índices relativos ao papel-moeda emitido. É o que se constata na Tabela 6 a seguir.

Observa-se, em linhas gerais, paralelismo entre a série de papel-moeda emitido e as das contas bancárias. As divergências ficam por conta de alguns dados específicos: em 1901, o encaixe dos bancos eleva-se substancialmente. A crise desse ano deve ser a razão para tanto pois os bancos procuravam garantir-se contra o risco de insolvência e a própria demanda de empréstimos (com garantia do devedor) devia ter se reduzido. Mais difícil é entender o que ocorre no ano de 1906 quando o sistema

Diario Official do Estado de São Paulo. 25/7/1902, p. 1575. Banco de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto.

Diario Official do Estado de São Paulo. 31/3/1903, p.p. 661-4. Banco do Comércio e Indústria de Mocóca.

(16) *Diario Official do Estado de São Paulo.* 8/5/1910, p.p. 1430-2. Banco Commerciale Ítalo-Brasileiro. Relatório e Contas.

(17) Todas as informações sobre os Bancos de Custeio Rural são de: Repartição de Estatística e Archivo do Estado. *Anuario Estatístico de São Paulo. (Brazil).* 1911, vol. II. Estatística Economica e Financeira. São Paulo, Typ. Brazil de Rothschild & Cia., 1913, p.p. 96-101.

TABELA 6
PAPEL-MOEDA EMITIDO NO BRASIL E SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO
(Valores em contos de réis)

ANO	PAPEL-MOEDA EMITIDO	Ind.	CAIXA	Ind.	DEPÓSITOS	Ind.	EMPRÉSTIMOS	Ind.
1895	678.000	100,0	39.067	100,0	105.819	100,0	121.058	100,0
1901	680.000	100,3	59.307	151,8	108.113	102,2	128.322	106,0
1906	702.000	103,5	34.433	88,1	95.631	90,4	97.129	80,2
1910	925.000	136,4	76.200	195,0	184.622	174,5	159.913	132,1

FONTES: Papel-moeda emitido: VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira. 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p. 412.
Outras colunas: Tabelas 2 a 5.

bancário de São Paulo sofre grande retração. Talvez a própria conjuntura cafeeira (ainda não plenamente resolvida pelo Convênio de Taubaté assinado nesse ano) fosse responsável pelo fato. De qualquer modo, é inegável que após 1906, com o funcionamento da Caixa de Conversão, tanto o papel-moeda emitido (no caso conversível em divisas) quanto as séries bancárias avançam rapidamente. Aliás esse é o quadro que se projeta de 1910 até o ano de 1913: grande expansão da economia em geral, associada à entrada de capital estrangeiro que, por conseqüência, conduzia à emissão de moeda pela Caixa de Conversão.

Os dados de 1915 — reproduzidos na Tabela 7 — refletem esse conjunto de fatos. A participação dos bancos estrangeiros mantém-se elevada, embora fosse maior ainda em anos anteriores e posteriores⁽¹⁸⁾. Tal fato se explica, provavelmente, pelos reflexos da Primeira Guerra Mundial que reconduziu aos países de origem, capitais

(18) Reproduzimos abaixo os dados referentes à participação relativa dos bancos estrangeiros no sistema bancário de São Paulo:

ANO	CAIXA (%)	DEPÓSITOS (%)	EMPRÉSTIMOS (%)
1912	56,3	54,6	52,5
1913	67,2	59,3	60,5
1914	56,9	48,4	51,3
1916	58,9	57,4	51,4
1917	62,8	61,9	50,6

Fonte: Ver Apêndice.

aqui aplicados a curto prazo. Evidência da evasão dos capitais estrangeiros está no esgotamento das divisas da Caixa de Conversão que se vê obrigada a suspender suas operações no correr de 1914. É também bastante provável que os investidores estrangeiros fizessem uso dos serviços dos bancos de seus países de origem. Portanto, a evasão dos capitais estrangeiros tenderia a enfraquecer, nesse momento, as contas desse grupo de bancos. De qualquer modo, ele não chega a perder a liderança do mercado. Aliás, tal posição era também sustentada pelos novos bancos estrangeiros que tiveram agências instaladas entre 1910 e 1915: Alemão Transatlântico, Espanhol do Rio da Prata, Ítalo-Belga, Francês para o Brasil e The First National City Bank of New York.

TABELA 7
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO – ANO DE 1915
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	CAIXA	%	DEPÓSITOS	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	67.854.002	54,7	131.096.854	46,0	102.126.270	50,1
NACIONAIS CAPITAL	55.544.249	44,7	152.069.301	53,3	98.109.512	48,1
NACIONAIS INTERIOR	757.231	0,6	2.033.156	0,7	3.719.429	1,8
TOTAL	124.155.482	100,0	285.199.311	100,0	203.955.211	100,0

FONTE: Repartição de Estatística e de Archivo do Estado. *Anuario Estatístico de São Paulo (Brazil). 1915. Estatística Econômica e Financeira*. Vol. II, São Paulo, Typ. do Diario Official, 1917.

O Estado de São Paulo. Janeiro de 1916.

Bancos registrados: Estrangeiros: Francese e Italiano, Alemão Transatlântico, Español del Rio de la Plata, Ítalo-Belga, Française pour le Brésil, Brasilianische Bank, British Bank, London & Brazilian, London & River Plate e National City Bank of New York.

Nacionais – Capital: Comercial do Estado de São Paulo, de Construção e Reservas, de Crédito Hypothecario e Agrícola do Estado de São Paulo, Banco de São Paulo, do Commercio e Industria de São Paulo e Casa Bancária Leonidas Moreira.

Nacionais – Interior: Campineiro, Melhoramentos de Jahú, Popular de Gyaratinguetá.

Entre os bancos nacionais, surgia o Banco Comercial do Estado de São Paulo, em 1912, banco que rapidamente ganhava projeção no mercado, ao lado do antigo Comércio e Indústria de São Paulo. O Banco de Construções e Reservas e a Casa Bancária Leonidas Moreira eram estabelecimentos de pequeno porte que apareceram no período e que completavam o grupo dos bancos nacionais da capital com o Crédito Hipotecário e o Banco de São Paulo.

Entre os bancos do interior, registravam-se o Campineiro, o Melhoramentos do Jahú e o Popular de Guaratinguetá.

Ainda uma vez, há omissão nos dados disponíveis, omissões referentes a pequenos bancos de âmbito local. Sabemos, por exemplo, da constituição do Banco de Araraquara em 1911, assim como da existência, em 1914, em Campinas, do Banco Municipal de Campinas (19), o que, evidentemente, não alteraria significativamente os dados apresentados na Tabela 7.

O ano de 1921 parece marcar o auge do grupo de bancos estrangeiros dentro do sistema bancário de São Paulo. Além da instalação de novas agências — Holandês da América do Sul, Italiano di Sconto, Português do Brasil e Royal of Canada, a participação relativa avança substancialmente: são valores entre 60 e 70% do total das contas do sistema bancário. Em particular, a Banca Francesa e Italiana atinge o maior volume de depósitos e empréstimos entre os bancos, nacionais ou estrangeiros. Os dados da Tabela 8 espelham esta situação do ano de 1921.

TABELA 8
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO — ANO DE 1921
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	CAIXA	%	DEPÓSITOS	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	298.499.349	69,2	656.416.105	60,1	599.994.485	58,9
NACIONAIS CAPITAL	131.833.261	30,5	419.780.013	38,4	401.888.272	39,5
NACIONAIS INTERIOR	1.345.020	0,3	16.962.731	1,5	16.093.303	1,6
TOTAL	431.677.630	100,0	1.093.158.849	100,0	1.017.976.060	100,0

FONTE: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. Janeiro e Fevereiro de 1922.

O Estado de São Paulo. Janeiro e Fevereiro de 1922.

Bancos registrados: Estrangeiros: Alemão Transatlântico, Brasilianische Bank, Francesa e Italiana, Holandês da América do Sul, Italiano di Sconto, Italo-Belge, London & Brazilian, London & River Plate, Português do Brasil, British Bank, National City Bank, Royal Bank of Canada e Nacional Ultramarino.

Nacionais — Capital: Banco do Brasil, Banco de São Paulo, Comercial de São Paulo, Commercio e Industria de São Paulo, Crédito Cooperativo de São Paulo, de Crédito Familiar, Crédito Hypothecario e Agrícola do Estado de São Paulo, Crédito Popular, Hypothecario e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Casa Bancária Leonidas Moreira, Casa Bancária Martinelli.

Nacionais — Interior: Agrícola e Pecuário, Campineiro, Melhoramentos do Jahú e F. Barreto.

(19) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 3/10/1911, p.p. 3786-89. Banco de Araraquara. *Almanach Histórico e Estatístico de Campinas*. 1914. Organizado por Benedito Otávio e Vicente Melillo. Campinas, Typ. da Casa Mascote, 1914. p. 155.

Entre os bancos nacionais, instalam-se agências do Banco do Brasil e do Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais na cidade de São Paulo. Reaparecem, assim, os bancos de âmbito nacional em São Paulo, embora não haja outros exemplos até 1930. O sistema bancário continuaria a manter seu caráter regional (estadual) na Primeira República.

TABELA 9
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO – ANO DE 1925
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	CAIXA	%	DEPÓSITOS	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	262.588.847	54,2	847.987.723	53,1	824.982.508	52,5
NACIONAIS CAPITAL	217.441.650	44,9	723.515.497	45,3	719.230.673	45,8
NACIONAIS INTERIOR	4.357.692	0,9	24.640.822	1,6	26.703.541	1,7
TOTAL	484.388.189	100,0	1.596.144.042	100,0	1.570.916.722	100,0

FONTE: Repartição de Estatística e Archivo do Estado. *Anuario Estadístico de São Paulo (Brasil). 1922 a 1926*. São Paulo, Casa Vanorden, 1929.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. Janeiro a Março de 1926.

O Estado de São Paulo. Janeiro de 1926.

Bancos registrados: Estrangeiros: Brasilianische Bank, Português do Brasil, Germânico da América do Sul, Italo-Belge, Populare Italiano, Francese e Italiano, National City Bank, Royal of Canada, London & South America, Holandez da América, Holandez da América do Sul, Alemão Transatlântico, Nacional Ultramarino, España y Brasil e British Bank.

Nacionais – Capital: Banco do Brasil, Banco de São Paulo, do Comercio e Industria de São Paulo, Crédito Cooperativo de São Paulo, Progresso Paulista, Comercial do Estado de São Paulo, Noroeste do Estado de São Paulo, Crédito Hipotecario e Agrícola do Estado de São Paulo, Casa Bancária Leonidas Moreira, Minervino e Filhos, Rodolfo Crespi, Conde & Almeida, Cia. Paulista de Comercio e Finanças, Cia. Puglisi.

Nacionais – Interior: Melhoramentos do Jahú, de Itu, Lavoura e Comercio de Penápolis, Casa Bancária F. Barreto.

Outros bancos instalam-se em São Paulo entre 1915 e 1921: Crédito Cooperativo, Crédito Familiar e Crédito Popular, todos de pequeno porte.

Como seria de se esperar, restava aos bancos do interior mercado de reduzidas dimensões, sujeito, nos anos vinte, à crescente concorrência dos bancos da Capital que começam a abrir agências em diversas localidades. Como registro sobre os bancos

do interior, merece atenção o surgimento pela primeira vez entre nossos dados do Banco F. Barreto.

Ao avançarmos rumo a 1925, percebemos a relativa recuperação do setor bancário nacional diante do estrangeiro. Estes asseguram cerca de 50 a 55% do mercado e os nacionais da capital cerca de 45%.

Entre os bancos estrangeiros há uma fusão importante: London & Brazilian e London & River Plate transformam-se no Bank of London & South America. Novos bancos também se instalam: Germânico da América do Sul, Populare Italiano, Nacional Ultramarino.

No grupo dos bancos nacionais há o acréscimo de um estabelecimento de porte — o Banco Noroeste do Estado de São Paulo. Porém, as mudanças mais marcantes se dão por conta da regulamentação da atividade bancária instituída em 1922 de acordo com o Decreto 14.728 de 16 de março de 1921 (20).

Ao instituir normas para a organização de empresas bancárias e ainda as bases da fiscalização de suas atividades, esta lei deve ter conduzido grande número de pequenas sociedades a regularizarem sua atividade. Vemos então o registro de casas bancárias e de seções bancárias de indústria (como o Cotonifício R. Crespi e a Companhia Puglisi). Com base nesse regulamento, foram concedidas entre 1922 e 1929, 825 cartas patentes para novos estabelecimentos de crédito. Em São Paulo, o número de cartas patentes concedidas no mesmo período foi de 351: daí encontrarmos nestes anos uma infinidade de pequenas casas bancárias alinhadas junto com os grandes estabelecimentos de crédito (21).

Esse movimento está presente de modo claro no quadro bancário para 1928, sintetizado na Tabela 10. O peso relativo das casas bancárias da capital e do interior não é muito significativo. Há algumas casas que ostentam contas elevadas; por exemplo, Rodolpho Crespi, F. Matarazzo e F. Barreto, de Mocóca. As demais têm alcance limitado.

De qualquer modo, a multiplicação do número de bancos nacionais — casas bancárias na capital e bancos e casas bancárias no interior — reforça a tendência já manifesta de os estabelecimentos nacionais ampliarem sua participação no mercado de crédito.

Os bancos estrangeiros retornam a níveis de 20 a 30%, ao passo que os bancos nacionais situam-se em torno de 70%. Já os bancos do interior, embora com pequena participação, avançam para 4 e 6% de depósitos e de empréstimos e descontos, respectivamente. A própria relação de bancos e casas bancárias, anexa à Tabela 10, elucida a multiplicação de instituições de crédito observada no período. Vale notar, no entanto, nenhum novo banco de grande porte surge no período, exceto o Banco do Estado de São Paulo, fruto da transferência do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo ao Governo do Estado.

(20) *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1921*. Vol. III, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922. Decreto nº 14.728 de 16/3/1921, p.p. 348-56.

(21) República dos Estados Unidos do Brasil. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da Primeira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Presidente da República Washington Luís Pereira de Souza*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930, p. 41.

TABELA 10
SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO – ANO DE 1928
Valores em mil-réis em 31 de dezembro

BANCOS	CAIXA	%	DEPÓSITOS	%	EMPRÉSTIMOS	%
ESTRANGEIROS	133.988.366	21,4	670.592.125	25,4	704.522.175	28,8
NACIONAIS CAPITAL	472.940.707	75,5	1.866.454.438	70,6	1.590.992.424	65,2
NACIONAIS INTERIOR	19.388.342	3,1	104.847.447	4,0	146.560.834	6,0
TOTAL	626.317.415	100,0	2.641.894.010	100,0	2.442.075.433	100,0

FONTE: Repartição de Estatística e Archivo do Estado. *Anuario Estatístico de São Paulo*, 1928. Vol. II, São Paulo, Imprensa Official, 1932.

Diário Official do Estado de São Paulo. Janeiro e Fevereiro de 1929.

O Estado de São Paulo. Janeiro e Fevereiro de 1929.

Bancos registrados: Estrangeiros: Francese e Italiana, London & South America, British Bank, National City Bank, Royal Bank of Canada, Italo-Belge, Brasileiro Alemão, Alemão Transatlântico, Popular Italiano, Germânico da América do Sul, Nacional Ultramarino, Português do Brasil, Hoilandez da América do Sul, Crédit Foncier.

Nacionais – Capital: Banco do Brasil, Banco de São Paulo, Banco do Estado de São Paulo, do Commercio e Industria de S. Paulo, Comercial do Estado de São Paulo, Hypothecario e Agricola do Estado de Minas Gerais, Crédito Cooperativo de São Paulo, Crédito Popular de S. Paulo, Casa Bancária Rodolpho Crespi, F. Matarazzo, Conde e Almeida, Noroeste do Est. de S. P. e mais 19 Casas Bancárias de menor porte.

Nacionais – Interior: Melhoramentos do Jahú, Paulista, Regional de Ribeirão Preto, Sorocaba, Lavoura e Commercio de Santa Rita, Lavoura e Commercio de Penápolis, de Crédito Popular de Santa Rita do Passa Quatro, Commercial de Jaú, Popular de Guaratinguetá, de Novo Horizonte, Commercio e Industria de Pirassununga, de Mocóca, Campineiro, de Barretos, de Itu, do Commercio e Lavoura, Commercial de Araras, Melhoramentos de Ibitinga, Casa Bancária F. Barreto, Aidar & Kfoury e mais 26 Casas Bancárias de menor porte.

A década de vinte também registra outros fatos importantes referentes ao sistema bancário. Em particular, o Banco do Brasil assume funções mais amplas: nesses anos se estabelece a Carteira de Redescontos e também é instalada a Câmara de Compensação de cheques no próprio Banco. Tais providências, em princípio, tendem a ampliar a eficácia do sistema bancário em termos de circulação monetária.

É claro, todas as flutuações das parcelas de mercado absorvidas pelos diferentes grupos de bancos não se explicam apenas no plano descritivo. Os tópicos seguintes permitem entender melhor o porque das flutuações ao examinarmos as

características operacionais dos bancos e os vínculos das empresas de créditos com os demais setores da economia.

2. Características Operacionais dos Bancos de São Paulo

Ao longo do tópico anterior definimos três grupos dentro do sistema bancário de São Paulo: estrangeiros, nacionais com sede na capital do Estado e nacionais com sede em outras cidades, em particular em localidades do interior. Evidentemente, esses estratos não se definem apenas pela localização de suas sedes (fora do país, na Capital ou no interior): há motivos ponderáveis para se tentar medir a relevância de cada grupo no sistema bancário de São Paulo. Assim a dimensão dos estabelecimentos, os vínculos com diferentes frações do capital, a posição quanto à conjuntura e à política monetária também os distinguem nitidamente, como pretendemos mostrar neste capítulo. O tópico presente destina-se a avaliar outro elemento que distingue os bancos da Primeira República: as características operacionais básicas de cada um deles. Com características operacionais pretendemos designar o conjunto típico de operações realizado pelos grupos de bancos ao qual corresponde certa faixa do mercado, tanto em termos de captação de recursos (por meio de depósitos, letras e outras formas) quanto em termos de destino das aplicações (empréstimos, descontos, participação em outras empresas etc.).

Para definir as características operacionais dos bancos valemo-nos de indícios diversos tais como depoimentos, artigos de jornais, textos analíticos etc. Embora não se possa, por esse caminho, avaliar rigorosamente a importância de cada tipo de operação no conjunto da atividade bancária, para nossos objetivos o resultado obtido parece suficiente.

A. Bancos Estrangeiros

Ao mesmo tempo que aumentava o número de bancos estrangeiros instalados em São Paulo, havia tentativas de ampliar o âmbito de suas atividades.

A localização inicial dos dois bancos ingleses — English e London & Brazilian Bank — na província já definia a amplitude de suas operações: com casas filiais em Santos, atuavam junto ao comércio de exportação e importação, em especial por meio de cobrança e desconto de cambiais e letras do comércio exterior. Essa função original dos bancos estrangeiros manteve-se ao longo do tempo dadas as vantagens óbvias que tais estabelecimentos tinham no trato desse tipo de transação (22).

(22) Sobre os bancos ingleses na América Latina, escreve Joslin:

"No plano internacional, eles desempenharam uma vasta variedade de serviços que facilitavam o movimento de fundos de um centro para outro. Alguns destes trabalhos eram amplamente rotineiros: o recebimento de pagamentos de juros ou a compra de títulos para investidores estrangeiros junto com a cobrança de letras emitidas em um país e pagáveis em outro. A emissão de letras de crédito foi um meio útil de prover os clientes desejosos de viajar ou de levantar fundos no exterior (. . .). Por fim, mas, certamente, não menos importante de seus serviços foi a provisão de crédito para o comércio internacional. Os exportadores do Reino Unido concediam créditos para comerciantes estrangeiros que precisavam vender suas mercadorias antes de fazer o pagamento. Os bancos, por meio de seus serviços, compravam as letras ou faziam adiantamentos sobre letras em cobrança. À época, os bancos cobravam os débitos no ultramar". JOSLIN, D. *A Century of Banking in Latin America*. London, Oxford University Press, 1963, p. 20.

Esse lugar privilegiado dos bancos estrangeiros para operar no financiamento do comércio externo conduziu-os a outro campo peculiar, qual seja o das operações cambiais especulativas. Os ganhos por diferenças de câmbio derivavam tanto da instabilidade da moeda nacional no tempo quanto de divergências que, ao mesmo tempo, podiam ocorrer entre as taxas de câmbio de mercado vigentes em praças comerciais distantes umas das outras.

Constituída por economias regionais exportadoras, com escasso intercâmbio entre si, dotadas de um ritmo particular (dadas as próprias características do produto principal, por exemplo, valor da exportação, época da colheita, duração do ciclo produtivo etc.) cada região funcionava como um mercado cambial isolado. A oferta de cambiais resultantes de exportação no porto de Recife, por exemplo, diferia da verificada no mesmo momento no Rio de Janeiro, já que os produtos exportados são diferentes. É possível, portanto, haver grande oferta de divisas em Recife (mesmo que neutralizada, em parte, pela demanda de cambiais para importação) enquanto no Rio de Janeiro inverte-se a situação. Desse modo, quem pudesse mais rapidamente estabelecer o contato entre as duas praças teria a possibilidade de auferir lucros substanciais por meio da diferença de câmbio. Os bancos ingleses teriam procurado, para tanto, estabelecer agências ou correspondentes em vários núcleos comerciais a fim de ganhar com a compra e venda de cambiais nos mercados brasileiros (23).

A este tipo de ganho por diferença de câmbio, os bancos estrangeiros somavam outro, qual seja, o que se origina das flutuações amplas da taxa cambial em curto espaço de tempo. Os lucros por diferença de câmbio também eram conhecidos pelos bancos nacionais. Aos bancos estrangeiros reservava-se, no entanto, a maior parcela dos ganhos seja pela multiplicidade de filiais ao longo do país, seja pelo suporte garantido pelas matrizes ante eventuais dificuldades.

Em certas circunstâncias, as operações cambiais dos bancos estrangeiros atingiram tal volume que a eles eram atribuídas as próprias variações do câmbio. Os eventos que, desde os últimos anos do século passado, conduzem à crise bancária de 1900, são típicos: as acusações contra os bancos estrangeiros reproduzem-se com frequência na imprensa da época. Já em 1896, encontramos o tema nas páginas do *Correio Paulistano*:

“A queda do câmbio a 8 7/8 frouxos no-lo comunica o nosso correspondente telegráfico na Capital Federal, é um fato que se impõe à consideração demorada e criteriosa do governo, não como denunciante de uma crise econômica que necessite de ingentes cuidados, mas como a confirmação pleníssima da existência de uma imoral especulação bolsista contra a qual é preciso agir pronta e resolutamente. Dentro das leis econômicas que regem o crédito e o descrédito das nações, o fato é anômalo e inexplicável; fora delas, a sua explicação plausível e única reside nos manejos dos poderosos sindicatos estrangeiros, dos seus bancos e das suas companhias, com sede na capital da União” (24).

(24) *Correio Paulistano*. 1/3/1896, p. 1. A Depressão Cambial. O mesmo tom acusatório observa-se em *O Estado de São Paulo*. 12/3/1899, p. 1. O Jogo do Câmbio:

(23) *Ibid.*, p. 64.

Havia, no entanto, entre os próprios brasileiros os que defendiam os bancos estrangeiros dessas acusações. Joaquim Franco de Lacerda inseria, no mesmo *Correio Paulistano*, um "Comunicado" sob o título "Câmbio":

"A grande depressão das taxas cambiais tem causado as mais vivas apreensões a todos os que se interessam pela marcha econômica de nosso país. De todos os lados se levantam clamores e se procura explicar a deplorável situação em que nos achamos atribuindo-se à especulação baixista a qualidade de único fator deste grave acontecimento. Parece-nos que a desorientação chega ao auge quando se quer incriminar os bancos estrangeiros de participarem do movimento baixista. Estamos certos de que este modo de ver desaparecerá uma vez que se conheça as condições em que tais bancos operam baseados em seus estatutos e sistemas que sempre adotaram para os seus negócios" (25).

Lacerda procurava mostrar os limites impostos às filiais de bancos estrangeiros: poderiam sacar até certo valor autorizado pela Matriz; além desse valor, precisariam comprar cambiais para recompor o caixa e voltar a operar. Dentro desse esquema descrito por Lacerda, a possibilidade de especulação cambial seria extremamente restrita. Além disso, outros limites agiriam sobre os bancos em geral: eram as condições do mercado cambial, fruto de exportações, importações e movimento de capitais. Artigo de *Brazilian Review*, transcrito no *Diário Popular*, indicava até que ponto era possível a manipulação cambial:

"A taxa de 90 dias sobre Londres abriu segunda-feira, 2 do corrente, a 11 1/8, subiu a 14 3/8 em 5 e fechou essa tarde, oscilante, a 13 1/2. Depois de subir muito e continuamente toda a semana, na quinta-feira, após uma reunião havida no Tesouro, a taxa mergulhou de uma vez para 13 1/4. Qualquer que possa ser a razão . . . , o que é certo é que o cheque foi tão artificial como a alta; a ninguém, porém, enganou senão aos mariscadores que sempre se alarmam em qualquer ocasião. Uma taxa de 14, 16 ou 18, como se diz, é não só possível senão, para nós, altamente provável, porque tendo sido artificialmente levantada a um nível exorbitante com comparativamente pequeno dispêndio de energia, as reservas, se um tanto por abuso, são ainda muito consideráveis e suficientes para não só manterem como para elevarem o nível, o mais alto tanto quanto convém ao banco que tomou a frente neste negócio para assim fazer. Que ela possa ser mantida por muito tempo, nós repetimos, não acreditamos, nem que é vantajoso que o fosse. Mais cedo ou mais tarde, o aumento da importação e retraimento da exportação, o crescimento das remessas de todas as espécies e a retirada de capital deve produzir seu efeito e voltar a balança contra o país".

Concluía, então, o mesmo artigo quanto à situação imediata do câmbio:

"A situação, em nossa opinião, depende hoje inteiramente da ação do London & River Plate Bank. Ela será cegamente seguida num ou noutro caminho pelos espe-

"São, pois, os bancos estrangeiros, por si e por seus agentes, que especulam com o câmbio e promovem propositalmente a sua baixa, podendo-se condensar a razão de suas operações lucrativas no seguinte princípio: com pouco ouro, estando baixo o câmbio, adquire-se muito papel, com o qual podem ser compradas as mercadorias nacionais, auferindo-se um lucro máximo, embora se reduza a quase zero todo o esforço brasileiro".

(25) LACERDA, J. F. de. "Cambio". *Correio Paulistano*. 5/3/1896, p. 2.

culadores e uma alta ou uma baixa — quem pode dizer quando os fatores são tão arbitrários — são iguais nos livros” (26).

Estas indicações parecem confirmar a contínua ação dos bancos estrangeiros no mercado cambial (27). Vale repetir, não se trata de um mercado exclusivo dos bancos estrangeiros — os nacionais também atuavam no câmbio — mas aqueles detinham condições privilegiadas para conduzirem os rumos da especulação com divisas.

A atividade inicial dos bancos estrangeiros em São Paulo — financiamento do comércio externo e especulação cambial — está longe de esgotar o conjunto de operações que esses bancos desenvolveram em São Paulo durante a Primeira República.

Outro campo de relativa importância está situado na dívida pública, tanto ao nível nacional quanto ao nível regional. De modo geral, os empréstimos aos governos eram feitos por emissão de apólices colocadas principalmente no mercado europeu por meio de agentes financeiros estrangeiros. Esses agentes eram também responsáveis pelo pagamento dos juros e das amortizações aos detentores de apólices. Desse modo, passavam a manter contato permanente com o governo emissor das apólices. É bastante conhecida a mediação do London & River Plate Bank nas negociações do chamado “Funding Loan” de 1898: não é difícil imaginar o quanto esse papel lhe facilitava a penetração no mercado brasileiro.

No caso específico de São Paulo, em pelo menos dois momentos podemos observar bancos aí instalados como agentes financeiros de empréstimos para o Governo: em 1888, para o então Governo Provincial, empréstimo que em 1912 apresentava saldo de £181.000 e cujo agente era o British Bank; o de 1904, valor nominal de £1.000.000, por meio do London & Brazilian Bank. Outros agentes de empréstimos para o governo de São Paulo — L. Cohen, J. H. Schroeder, Dresdner Bank, Banque de Paris et Pays Bas — também deviam fazer uso dos serviços dos bancos estrangeiros de São Paulo, ampliando, por meio da dívida pública, seu campo de ação (28).

(26) *Diário Popular*. 19/7/1900, p. 1; *Diário Popular*. 20/7/1900, p. 1: “O cambio e as finanças”.

(27) Há grande número de indicações a confirmar este tipo de ação dos bancos estrangeiros, em particular sobre o London & River Plate Bank em torno da crise de 1900. Ver, por exemplo: JOSLIN, D., *op. cit.*, p.p. 144-6; DENIS, P. *O Brasil no Século XX*. LISBOA, J. B., s.d.p. 120/2. Ou ainda:

“Mas não bastasse isso, o novo século inaugurou-se com um “corner” da moeda nacional, perpetrado pelo próprio gerente daquele mesmo London & River Plate Bank no Rio de Janeiro. Este puxou, em meados de 1900, a taxa de 8d. à 14 1/2 pence em poucas semanas, sacando fortíssimas somas contra a matriz e depois de se ter descarregado sobre o público incauto, fez baixá-la novamente à primitiva taxa”. HELLOWIG, C. *Organização Bancária e Financeira do Brasil*. São Paulo, s.c.p., 1930, p. 16.

É expressivo, também, o surgimento, na Câmara dos Deputados, de projeto que “Proibe o estabelecimento de bancos estrangeiros e de suas sucursais, que façam habitualmente operações de câmbio em território brasileiro, enquanto a circulação monetária do Brasil não for exclusivamente metálica ou de papel conversível em ouro à vontade do portador . . .” Congresso Nacional. *Anaes da Camara dos Deputados (1900)*. Vol. VII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, p. 47.

(28) Camara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Anaes da Sessão Ordinária de 1913*. s. 1., s.c.p., 1914, p.p. 69-71.

Também a valorização do café, em suas múltiplas formas, absorveu recursos externos, abrindo, mais uma vez, a possibilidade de participação de instituições estrangeiras. Há claros indícios de que a valorização é mesmo uma ponte para o firme estabelecimento da Banca Francesa e Italiana per l'America del Sud. Em 1908, o Governo do Estado de São Paulo contrata empréstimo de £15.000.000 junto aos banqueiros J. H. Schroeder, Banque de Paris et des Pays Bas e Societé Générale de Paris, a fim de consolidar o estoque de café pertencente ao Estado, fruto das operações valorizadoras anteriores (29). Em 1910, instala-se em São Paulo a Banca Francesa em cujo Conselho de Administração estão presentes um representante do Banque de Paris et des Pays Bas e a Societé Générale (30). Não parece se tratar de mera coincidência: o vulto do empréstimo e a obrigatoriedade de intermediação dos banqueiros para solver os encargos já garantiam ampla margem operacional ao instituto que estivesse ligado àquelas instituições estrangeiras. Trata-se portanto da dívida pública, embora aqui ligada ao problema específico da valorização do café (31).

O crédito para o comércio exterior e o financiamento da dívida pública não esgotam ainda o campo de atuação dos bancos estrangeiros. Podemos perceber, especialmente depois de 1900, amplo movimento do capital estrangeiro que também se refletia nos bancos com sede em outros países. O estabelecimento de empresas estrangeiras em São Paulo data de cerca de 1860, por meio de São Paulo Railway e da Companhia de Gás. A partir do fim do século, há tendência a ampliar a presença de sociedades formadas no exterior no domínio de empresas estabelecidas em São Paulo. Em 1899, a São Paulo Light recebe a concessão para o transporte por tração elétrica e logo desloca as antigas empresas de transporte por tração animal e fornecedora de energia elétrica. Em 1907, a Sorocabana Railway é arrendada a um grupo liderado por Percival Farquhar, com amplas ligações com o capital financeiro europeu. Este mesmo grupo assume participação acionária suficiente para controlar a administração de empresas como a Companhia Paulista e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (embora na Paulista não o fizesse de modo direto). Neste caso, a presença do Banque de Paris et des Pays Bas como importante acionista é marcante. Em outros setores da economia paulista se repete esse fenômeno de avanço do capital estrangeiro: armazéns gerais, frigoríficos, empresas de melhoramentos urbanos são outros ramos em que há rápida penetração do capital estrangeiro, especialmente de 1906 até o início da Primeira Guerra Mundial (32).

Evidentemente, este fato criava para os bancos estrangeiros amplas oportunidades de ampliar seus negócios dentro da economia paulista: muito provavelmente, as empresas estrangeiras teriam preferência por bancos com matrizes sediadas nos mesmos países de origem, no mínimo para facilitar suas transações internacionais.

-
- (29) Camara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Annaes da Sessão Ordinária de 1909*. s. 1., s.c.p., 1910, p. 39.
- (30) *Diario Official do Estado de São Paulo*. 29/9/1910, p. 3077.
"Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud".
- (31) Congresso Nacional. *Annaes da Camara dos Deputados*. (1922) Vol. XVIII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923, p. 246.
- (32) Ver SAES, F. A. M. de. *op. cit.* Cap. 3 e também SAES, F. A. M. de. *As Ferrovias de São Paulo. 1870-1940*. S. Paulo, Hucitec; Brasília, INL/MEC, 1981. Apêndice.

Porém, os próprios bancos foram mais longe: não poucas vezes, participam como acionistas das empresas estabelecidas no Brasil (como é o caso do London & Brazilian, do London & River Plate e do British Bank nas empresas ferroviárias de São Paulo). Ou mais ainda, aparecem, como no caso da Banca Francesa, como agentes dos grupos financeiros internacionais que dominam grandes empresas (33).

Essas grandes empresas, enquanto tal, também aparecem como clientes potenciais dos bancos estrangeiros. Aliás, estes institutos de crédito teriam clara preferência por grandes contas institucionais. Exemplo característico está nos vínculos entre a Companhia Mogiana e o London & Brazilian Bank: este é o agente de dois grandes empréstimos obtidos pela empresa ferroviária no exterior em 1911 e 1914; ao mesmo tempo, afirma-se que a conta da Mogiana no London & Brazilian era responsável por cerca de 50% dos descontos e empréstimos realizados pela agência do Banco de São Paulo (34). Percebe-se, portanto, que a diversificação da clientela não preocupava muito aos bancos estrangeiros em geral, que preferiam concentrar seus esforços na captação de contas de grandes empresas.

Vemos, desse modo, como há claro movimento dos bancos estrangeiros em direção ao mercado interno de crédito. Se de início limitam-se a operar junto ao comércio exterior, por meio da dívida pública e das grandes empresas, voltam-se progressivamente para o crédito interno, realizado em boa medida em moeda nacional com recursos aqui obtidos e destinados a atividades também internas.

Tal tendência se consumaria a partir de 1910, quando alguns bancos definem política de clara concorrência com os demais, cuja expressão mais evidente é a abertura de agências em diversas cidades do interior. Trata-se de disputa por mercados antes não explorados, o que deve refletir a política geral desses bancos, inclusive em relação ao mercado da cidade de São Paulo. O fato era registrado no *Relatório* do Banco do Brasil de 1920:

“Fato digno de registro, como capaz de influir na situação da produção e troca dos nossos diversos produtos, é o do grande número de bancos estrangeiros estabelecidos recentemente com filiais na nossa praça e nas principais dos Estados, em quantidade antes nunca observada . . .” (35).

A relação de agências da Banca Francesa em 1924 confirma claramente essa tendência: com sede em Paris, mantinha sucursais em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Rio Grande; agências em Araraquara, Barretos, Bebedouro, Botucatu, Caxias, Espírito Santo do Pinhal, Jaú, Mococa, Ourinhos, Paranaguá, Ponta Grossa, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Pardo e São Manuel (36).

É desnecessário qualquer comentário após a leitura dessa relação.

(33) SAES, F. A. M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. citado, Cap. 3.

(34) JOSLIN, D. *op. cit.*, p.p. 165-6.

(35) *Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas na Sessão Ordinária de 29 de Abril de 1920*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comercio, 1920, p. 10.

(36) *O Estado de São Paulo*. 15/6/1924, p. 4.

Apesar da ampliação do grupo bancário estrangeiro em São Paulo, havia indícios de atendimento limitado de sua parte aos clientes potenciais (37) e mesmo críticas incisivas, associadas ao tom nacionalista circunstancial:

“É isso mesmo, temos bancos, mas que espécie de bancos temos nós? Na sua generalidade, salvas poucas e honrosas exceções, os nossos bancos são sucursais de bancos estrangeiros, que para aqui vem — usando das faculdades que lhes concedem as nossas liberalíssimas leis — abrir suas portas, quase sem capital, ou com capital inferior a muitas casas de penhores, com o fim de negociarem exclusivamente com o dinheiro que o nosso comércio lhes confia, em conta corrente a juros de 3%. Quais os benefícios que nos trazem tais forasteiros, sem capital, e, portanto, sem meios de aumentar as nossas possibilidades financeiras e econômicas? Ao contrário de vantagens, só nos trazem prejuízos, pois, não possuindo os meios suficientes para auxiliar eficazmente o desenvolvimento do comércio honesto, trabalhador e empreendedor, concorrem com os bancos patrícos, tirando-lhes boas partes do lucro e desviando para as suas caixas grandes somas que, em consequência dessa subdivisão, mais presa e inútil se torna. Com o rótulo pomposo de banco tal — o maior de tal parte do mundo — banco tal com capital de tantos milhões de libras, ou francos, ou liras, ou florins, ou marcos etc. — sem que as nossas incautas leis exijam sejam o tal capital realizado ou que cada agência obrigada a realizar um certo capital, os referidos simulacros de banco vão negociando com o capital do nosso comércio até que, premidos pelas dificuldades criadas pelas retiradas do numerário, que emigra para o interior, em certas épocas do ano, por ocasião do início das safras, fechem, impiedosamente, friamente, as suas caixas aos descontos, recusando-se a descontar os melhores títulos da praça, colocando a sua ingênua e imprevidente clientela em sérios apuros financeiros e numa verdadeira rua de amargura” (38).

Trata-se claramente de depoimento apaixonado contra os bancos estrangeiros provavelmente de alguém que mantinha vínculos com algum banco nacional. E a estes, o que competia realizar no mercado de crédito?

B. Bancos Nacionais com sede na cidade de São Paulo

Atribuímos aos bancos estrangeiros certa homogeneidade quanto às suas características operacionais, homogeneidade essa que esconde algumas especificidades como a dimensão, a nacionalidade (e portanto o apelo a certos segmentos da população) e mesmo a rivalidade entre certos estabelecimentos. Já quanto aos bancos nacionais com sede em São Paulo é imperativo iniciar por uma distinção básica.

Tal distinção pode se perceber claramente nos eventos associados à crise do fim do Século XIX, fruto da política monetária de Joaquim Murinho. Bancos de

(37) “Para oferecer capital e facilidades bancárias ao comércio de exportação e ao comércio de importação, devem os bancos estrangeiros generalizar os créditos contra documentos (conhecimentos, faturas e apólices de seguro)”. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Segundo Congresso de Expansão Econômica*. São Paulo, s.c.p., 1920, p. 155.

(38) PRADO, O. de A. *O Nosso Aparelhamento Bancário e a Escassez de Numerário*. São Paulo, Ed. Asbahr, 1920, p.p. 7-8.

pequeno porte sofriam os efeitos da política restritiva: o Banco Comercial Paulista, em 14 de fevereiro de 1900, em Assembléia Geral Extraordinária, aprovava a seguinte proposta:

“Tendo atualmente este Banco fundos disponíveis, não convém que sejam aplicados em transações comerciais de qualquer natureza, devido à crise que infelizmente continua a assoberbar a todas as praças comerciais deste país — especialmente a sede deste estabelecimento . . . , propomos que sejam amortizadas as ações deste Banco — por compra das mesmas a critério da diretoria, reduzindo-se o seu capital a 500:000\$000” (39).

Ao final do mesmo ano, outra Assembléia Extraordinária aprovava, por unanimidade, a seguinte proposta:

“Considerando que com sucessivas reduções de capital do Banco Comercial Paulista, capital que de 3.000:000\$000 acha-se diminuído a 500:000\$000, não pode ele preencher o seu fim, por insuficiência de numerário; atendendo-se a que um aumento de capital, possível entre os acionistas do banco, seria hoje de vantagens problemáticas em vista do retraimento das operações mesmo por parte de instituições de capital consolidado, devido à crise financeira que atinge seu auge, . . . propomos que o Banco Comercial Paulista seja declarado em liquidação amigável” (40).

Outro banco de pequeno porte, o Banco Cambial, assim relatava suas operações do ano de 1900:

“As operações realizadas merecem o máximo escrúpulo da diretoria, de modo que os lucros auferidos representam valor real permitindo um dividendo razoável aos senhores acionistas. Tendo em vista o estado pouco lisonjeiro da nossa praça que não permite o alargamento de transações e conseguintemente o aumento de receitas, a administração procurou restringir tanto quanto lhe foi possível as suas despesas a fim de poder ficar habilitada a distribuir aquele dividendo (. . .). A diretoria acha conveniente que o capital do Banco, que é de 100:000\$000 seja reduzido a 50:000\$000, importância já realizada pelos senhores acionistas, substituindo-se as atuais ações que são de 100\$000, por outras integradas de 50\$000 (. . .). Terminando esta breve exposição da situação do Banco, a diretoria espera que os seus negócios terão maior desenvolvimento logo que melhorar a posição da nossa praça” (41).

Já sabemos que a esperança da diretoria do Banco Cambial desvaneceu-se logo em seguida pela liquidação da empresa.

A leitura do relatório da diretoria do Banco Comércio e Indústria, na mesma conjuntura, revela a situação completamente distinta deste estabelecimento de grande porte ante a crise do fim do século:

“Apesar da situação precária do movimento comercial do país e da atmosfera pesada de desconfiança que determina a crise em que se viram envolvidos os mais importantes institutos nacionais de crédito, os resultados alcançados pelo banco no ano último assinalam o maior desenvolvimento que tem tido desde a sua fundação, não só pela elevada soma das operações, como pela importância dos lucros líquidos que fo-

(39) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 24/2/1900, p.p. 433-4.

(40) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 22/12/1900, p. 4224.

(41) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 29/1/1901, p. 369.

ram apurados. A considerável safra de café a colher e a exportar no ano findo, o extraordinário espaçamento entre as últimas remessas da colheita de 1899 a 1900 e as primeiras da nova safra de 1900 e 1901, o retraimento a que, pela anormalidade das circunstâncias se impuseram os estabelecimentos congêneres que operam nos mesmos centros em que trabalhamos, proporcionaram ao banco a expansão dos negócios que permitiam os seus recursos, elevando principalmente a sua carteira de descontos de letras, representativa do legítimo comércio de café a algarismos não atingidos nos anos anteriores, ainda os de maior atividade comercial” (42).

O contraste entre os textos acima transcritos expressa, de modo inequívoco, os reflexos da crise cafeeira sobre os bancos de São Paulo. O Banco Comercial Paulista e o Banco Cambial decidiam reduzir seu capital e caminhavam para a liquidação de seus negócios. O Banco Comércio e Indústria de São Paulo aproveitava-se da crise que afetava os demais estabelecimentos bancários para expandir suas operações.

Podemos ser tentados a explicar o destino diverso desses bancos por sua própria dimensão: os pequenos não teriam resistência às crises, pela própria precariedade dos recursos disponíveis. Parece-nos, no entanto, que o núcleo explicativo da dicotomia entre os bancos da cidade de São Paulo se situa em outro plano.

Os dois estabelecimentos nacionais com sede na capital que atravessam toda a Primeira República – Comércio e Indústria e Banco de São Paulo – ostentam uma característica comum: os fortes vínculos entre esses bancos e grandes empresas dos mais diversos setores da economia paulista, por meio de seus acionistas e principalmente diretores.

(42) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 10/3/1901, p.p. 801-2.

Esta relação entre crise econômica e expansão (ou pelo menos estabilidade dos negócios) do Banco Comércio e Indústria repete-se em vários anos, como vemos a seguir; sobre 1898: “Foram altamente satisfatórios e remuneradores os resultados verificados no primeiro e no segundo semestre. As notórias circunstâncias de ordem econômica e financeira, que não podem deixar de influir desfavoravelmente sobre o movimento comercial do país e que se tem refletido de modo direto e intenso sobre as transações de diferentes praças do Estado, ligadas intimamente à crise que atravessa a lavoura de café, dão por certo maior significação ao volume das operações realizadas e aos resultados obtidos pelo banco no decurso do último ano”. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 19/3/1899, p.p. 620-2. Sobre o ano de 1899:

“Em seus resultados, apreciados no conjunto ou em detalhe, o ano bancário findo acompanhou inteiramente os exercícios anteriores, na acumulação de novos elementos para a segurança e prosperidade deste estabelecimento de crédito. Ainda que as circunstâncias econômicas e comerciais deste Estado e do país não permitissem dar prudentemente a expansão compatível com os recursos disponíveis, foi altamente satisfatório o movimento de transações em todos os ramos em que opera o banco, sendo largamente remuneradores os lucros verificados”. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 25/3/1900, p.p. 677-8.

Ou ainda, em relação ao ano de 1922: “Os resultados obtidos no exercício findo, confrontados com os dos anos anteriores não podem deixar de ser considerados satisfatórios, atendendo-se às condições de anormalidade da vida econômica e comercial do Estado, criadas pela sucessiva desvalorização do produto em que uma e outra tem a sua principal base, com influência imediata sobre o movimento dos estabelecimentos bancários que têm o seu mais importante campo de ação dentro do mesmo Estado”. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 25/3/1903, p.p. 616-8.

Os diretores desses dois bancos estão presentes, ao longo da Primeira República, na administração, por exemplo, das estradas de ferro Paulista e Mogiana, da Companhia Telefônica do Estado de São Paulo (antes de ser adquirida pelo grupo Light), de empresas como a Companhia Mecânica e Importadora, da Companhia Prado Chaves, ou industriais como a Vidraria Santa Marina e a Melhoramentos (43). Evidentemente, estas empresas tenderiam a concentrar suas operações bancárias com as instituições às quais sua direção estivesse ligada. Conseqüentemente, estes bancos já partiam de um patamar relativamente elevado; além disso, a diversidade de setores a que se encontravam vinculados garantia maior resistência aos momentos de crise que atingiam de modo distinto os ramos da produção e do comércio. Com esse núcleo de clientes praticamente cativos, os bancos referidos podiam concorrer com vantagens quanto aos demais bancos nacionais, dos quais se distinguiam exatamente por seus vínculos no plano do capital.

Desse modo, não há indícios de que as operações realizadas pelos bancos nacionais com sede na cidade de São Paulo fossem diferentes entre si: receber dinheiro a prêmio em conta corrente, por depósito com aviso prévio ou por letras; adiantar dinheiro em conta corrente sob caução de títulos ou descontar letras, sempre a curto prazo; estas as operações características de um banco "comercial". O que os distingue é exatamente a clientela a que atendem, fruto da posição desses bancos no quadro mais amplo da economia paulista.

É possível, desse modo, entender os limites a que estavam sujeitos os bancos nacionais de pequeno porte da cidade de São Paulo: o mercado que lhes era acessível estaria no pequeno comércio e indústria, em assalariados de modo geral, a denotar os limites para sua expansão. Vale registrar a freqüência com que se formam pequenos bancos em cujo nome há alguma referência à sua origem italiana ou cujos diretores, obviamente, são imigrantes ou descendentes. A grande parcela italiana da população da capital na Primeira República devia ser suficiente para sustentar as atividades de alguns pequenos bancos voltados para empresários individuais ou mesmo trabalhadores assalariados.

Esse mercado constituído por pequenos comerciantes e industriais e ainda por assalariados urbanos, mesmo que razoavelmente amplo, também está sujeito às flutuações da conjuntura. Desse modo, os bancos voltados a tal segmento do mercado se viam arrastados pela crise que os vitimava junto com a sua clientela. Daí a instabilidade característica desse grupo de pequenos bancos da cidade de São Paulo durante a Primeira República.

Desse modo, os bancos mais sólidos podiam, nos momentos de crise, absorver parcelas do mercado que, atendidas pelos pequenos estabelecimentos liquidados na conjuntura, buscavam novos institutos de crédito.

Além disso, ao se ligarem a grandes empresas, os bancos de grande porte podiam contar com recursos mais estáveis. É claro que deviam sofrer a concorrência dos bancos estrangeiros; mesmo assim, devem ter conseguido manter vínculos permanentes com aquelas empresas em que havia a presença simultânea de um mesmo diretor.

(43) Estes exemplos são melhor discutidos no tópico seguinte deste capítulo.

Os grandes bancos, no entanto, não deixavam de sofrer os efeitos da crise cafeeira já que, em parte, seus recursos eram utilizados para financiar o próprio comércio de café. É certo, os bancos por vezes financiavam o próprio lavrador, embora o fizessem, no mais das vezes, em caráter pessoal e não como desconto de títulos representativos da mercadoria. Em geral, o crédito para a economia cafeeira era obtido a partir do comerciante de café (44).

No decorrer da Primeira República o esquema de crédito vai se tornando mais complexo: ao lado das transações representativas do comércio de café, amplia-se consideravelmente o âmbito das operações sustentadas pelo comércio de mercadorias para o consumo dentro do próprio Estado. A observação da diretoria do Banco Comércio e Indústria revela essa crescente complexidade da circulação de mercadorias e de moeda:

“No ano de 1927 foi particularmente notável a massa de numerário remetido para o interior pelos bancos de São Paulo, em virtude das avultadas compras de café ali realizadas pelo comércio de Santos. Grande parte desse dinheiro fica em poder do colono, mas uma porção considerável aos poucos se vai empregando na compra de mercadorias indispensáveis à vida, aumentando, assim, o volume das operações comerciais com os centros distribuidores. Esse fenômeno de volta do numerário já começava a fazer-se notar nos últimos meses do ano e agora está francamente manifesto” (45).

(44) “Hoje (1927) o custeio da lavoura é obtido em parte nos Bancos nacionais ou estrangeiros estabelecidos em São Paulo, sob garantia pessoal ou caução de títulos, com a anomalia de serem todos, exceção do Banco do Estado de São Paulo, simples bancos de depósitos e descontos, e não bancos de crédito agrícola”. SOARES, J. C. de M. “Crédito e Café”. Departamento Nacional do Café. *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro, DNC, 1934, p. 330.

No mesmo sentido aponta o relatório da diretoria do Banco de São Paulo relativo ao ano de 1919: “A alta dos principais produtos exportáveis do Estado, durante o correr do ano findo e o aumento enorme da produção em geral trouxeram um período de grande prosperidade para o nosso Estado, tomando-se necessário que os estabelecimentos bancários facilitassem as transações, quer pelo adiantamento de importâncias avultadas com garantia de *warrants* e outros valores, quer facilitando os descontos e cauções a taxas razoáveis”.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 13/3/1920, p. 1869.

(45) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 24/2/1928, p. 1735.

A indicação do Banco do Brasil confirma a tendência de os bancos atenderem ao comércio e à indústria para o mercado interno: “Entre os efeitos comerciais oferecidos a desconto nos Bancos, aparecem em grande cópia, títulos a seis meses de data e de vista, emitidos por compra ou venda de ferragens, fazendas e algodão, em rama ou manufaturado, sendo relativos a este gênero em maior número e de avultado valor. Tais títulos são considerados de primeira ordem e são, de fato, plenamente garantidos por serem, em um caso, os coobrigados as casas importadoras do artigo e as fábricas de tecidos e, no outro, estas fábricas e os intermediários que negociam nessa espécie. Está o Banco inibido de efetuar essas operações ainda que asseguradas por firmas de alto conceito na praça. Desse modo, não tem ele entrado em competição com outros Bancos, obrigado a recusar propostas que, em termos semelhantes, lhe tem sido apresentadas, daí resultando que, além da diminuição dos lucros, em período de escassez de negócios, não tem podido contribuir para que tivessem a devida eficácia os auxílios que os nossos estabelecimentos fa-

Não é preciso especificar mais a amplitude das operações dos grandes bancos com sede na cidade de São Paulo. Comércio, indústria, grandes empresas de serviços públicos e mesmo o depositante individual devem ser objeto de sua atenção. Enfrentam a concorrência dos bancos estrangeiros na captação de grandes contas institucionais e dos pequenos bancos na de contas de menor porte. Um banco como o do Comércio e Indústria ainda participa de operações oficiais de valorização de café, como em 1921, a fim de garantir margem adicional de lucratividade. De qualquer modo, o caráter distintivo desses grandes bancos da cidade de São Paulo, que define mesmo a amplitude de suas operações, parece ser o conjunto de vínculos que, ao nível da propriedade e da administração, existe com outras empresas estabelecidas em São Paulo.

C. Os Bancos Nacionais com sede no Interior

O testemunho de Pierre Denis, no início do Século XX, permite situar, em princípio, o âmbito de atuação dos bancos do interior:

“Ao mesmo tempo que o interior se cobre de culturas, pequenos centros ali se formam, toda uma geração de pequenas cidades, atingidas hoje pela crise. Não são, nem foram nunca, mercados cafezeiros. Os únicos mercados de café são São Paulo e Santos e os negociantes de São Paulo e os comissários da praça de Santos estão em relação direta com os fazendeiros. As cidades do interior não têm por função concentrar a colheita, mas asseguram a distribuição, em propriedades agrícolas, das mercadorias importadas, porque a importação desenvolve-se ao mesmo passo que a exportação; ao tornar-se um grande produtor, São Paulo tornou-se também um grande consumidor. Cada cidade tem armazéns de quinquilharias, de tecidos e de mercearia onde se fornecem as lojas das fazendas. Vivem também do comércio de dinheiro. Aí os fazendeiros encontram crédito nos pequenos bancos locais que são sustentados de longe por bancos mais poderosos, estabelecidos em São Paulo” (46).

Denis, ao descrever o típico núcleo do interior, ressalta a existência de certo comércio de mercadorias importadas e de bancos locais voltados para os fazendeiros de café. Fica a sugestão do crédito pessoal ou da garantia com base na própria safra de café. É inegável, isto devia ocorrer em certa medida como forma de viabilizar a atividade desses bancos locais: Os eventos que cercam a falência do Banco União de São Carlos demonstram o risco inerente a esse tipo de operação. Uma das causas da suspensão dos pagamentos pelo Banco teria sido

“a enorme baixa dos preços do café de tal sorte que os fazendeiros não apuraram de suas colheitas o numerário preciso para pagarem ao Banco os fornecimentos de custeio agrícola que o Banco lhes supria” (47).

Os bancos da capital não realizavam normalmente empréstimo sem garantia de títulos; no caso dos bancos do interior, isto parecia ocorrer de modo a comportar os riscos da insolvência dos devedores.

brasil tinham o direito de aqui encontrar”. *Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembléia Geral de Acionistas na Sessão Ordinária de 23 de Abril de 1916*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comercio, 1916, p. 18.

(46) DENIS, P. *op. cit.*, p. 145.

(47) VIDAL, B. de A.S. *Op. cit.*, p.11.

Do mesmo modo que os fazendeiros faziam uso de empréstimos dos bancos locais, também deviam realizar depósitos nesses bancos.

Pierre Denis sugere ainda que os bancos do interior eram sustentados por bancos da capital. Podemos encontrar um exemplo desse tipo de vínculo. Nos anos noventa, o Conde do Pinhal é ao mesmo tempo presidente do Banco de São Paulo e do Banco de Piracicaba. Em 1908, o mesmo Banco de São Paulo mantinha interesses junto ao Banco da Indústria e Comércio de Piracicaba:

“A crise intensa que há longo tempo vamos atravessando, produz na vida comercial algumas surpresas dolorosas. No ano de 1908, por exemplo, a praça foi vítima de alguns desastres financeiros cujos efeitos repercutiram naturalmente nos principais estabelecimentos bancários. A liquidação forçada do Banco da Indústria e Comércio de Piracicaba e de certas casas comerciais que tinham a vida entrelaçada com esse Banco, constituíram ocorrências muito lamentáveis pelos seus efeitos nesta praça. Como é sabido, o Banco de São Paulo também compartilhou as conseqüências desses insucessos comerciais (. . .). Com o Banco da Indústria de Piracicaba tinha importante soma . . .” (48).

Não nos parece, no entanto, que estas características esgotem o mundo dos pequenos bancos do interior. Mais uma vez, a liquidação do Banco União de São Carlos permite entrever outros aspectos de suas operações:

“A precipitada alta do câmbio (de 8 3/8 para 14 1/2) provocou brusca retirada dos depósitos dos colonos estrangeiros, para remessas de fundos a seus países de origem, de modo a sofrer o Banco, por parte de tais colonos, uma verdadeira corrida” (49).

A sugestão aqui presente — e repetidas vezes encontrada à época (50) — está nos recursos depositados nos bancos pelos colonos das fazendas de café. Não raras vezes indica-se ser de grande magnitude o volume de numerário retido pelos colonos, embora seja difícil avaliar rigorosamente seu significado.

Embora não haja referências a esse respeito, devemos aduzir outra fonte de recursos para os pequenos bancos locais: trata-se do comércio dessas mesmas localidades. A evidência a indicar essa possibilidade está na própria caracterização dos proprietários desses estabelecimentos.

Tomemos alguns exemplos. O Banco Regional de Mocóca, em 1899, época de sua fundação, tinha como diretores os fazendeiros Francisco Garcia Figueiredo e J. Ferraz de Siqueira e o proprietário Rogério Camargo Dauntre. No Conselho Fiscal ha-

(48) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 11/3/1909, p. 814.

(49) VIDAL, B. de A.S. *op.cit.*, p. 11.

(50) “O terceiro anbarço consiste no encaixe monetário realizado no pé de meia pelos colonos e pequenos lavradores (...). Assim, é assaz provável que 200 mil contos sejam armazenados como economias, ..., as quais tem sua circulação normalmente paralisada, pois só elas se mobilizam quando alguma excepcional alta cambial as atrai aos “guichets” dos bancos de Câmbio, ou quando, no fim do ano agrícola, o colono assalariado deixa as fazendas para adquirir um lote de terras”. BRAGA, C. *Magnos Problemas Econômicos de São Paulo*. S. Paulo, Livraria Zenith, 1924, p. 207-8.

“Há anos ouvimos de um banqueiro que os colonos do Estado de São Paulo deviam ter guardado mais de 150 mil contos de réis, e, admitindo que o cálculo fosse exato, hoje eles não tem menos de 200 mil contos”. *Diário Popular*. 31/1/1986, p. 1

via três fazendeiros (Luiz S. Pena, A. Pereira Batista e J. Pereira Santos) um farmacêutico (Humberto Queiroz), um tabelião (Felipe Assumpção Seabra) e um comerciante (Roque Rotundo) (51). Tratava-se, portanto, de banco ligado de modo marcante a fazendeiros muito provavelmente da própria região e residentes no local. Outros bancos parecem se constituir de modo semelhante, embora não seja disponível a qualificação profissional de seus diretores e acionistas. Outros exemplos temos a seguir:

Banco Melhoramentos do Jahú: diretores: Afonso Fraga, José E. Ferraz do Amaral, Lourenço A. Almeida Prado.

Principais acionistas: Maria Almeida Campos e diversos membros da família Almeida Prado e Ferraz do Amaral (52).

Banco de Piracicaba: diretores: Adolpho Correa Dias, J. B. Silveira Mello, Adolpho Nardy de Vasconcelos.

Principais acionistas: Barão Rezende, Torquato Leitão, P. Alexandrino de Almeida, Conde do Pinhal e os diretores (53).

Outros exemplos semelhantes encontramos no Banco da Indústria e Comércio de Piracicaba, Banco União de São Carlos e Banco de Araraquara (54).

Ao lado desses bancos locais vinculados a fazendeiros, surgem outros cujos acionistas e diretores têm como característica os nomes de origem italiana e como profissão anotada a de negociante. Exemplo típico está no Banco Comércio e Indústria de Mocóca: diretores: Nicola Centola e Roque Rossetti, negociantes; Conselho Fiscal: Jacinto Centola, José Centola, Pedro Viola e Leonardo Monaco, negociantes; Nicolau Éboli, médico e Januário Rossetti, lavrador (55). Trata-se de banco substancialmente diferente dos anteriores; vale lembrar, este banco coexiste, durante algum tempo, com o Banco Regional de Mocóca citado acima.

Há outros exemplos de bancos de negociantes de origem italiana. Banco di Sconti de Piracicaba: acionistas - Antonio e Francisco Rebecco, negociantes residentes em Piracicaba; C. Mortati, Luiz e José Matarazzo, Vicente Dorgi e André Ferrari, não qualificados no documento (56). Semelhantes seriam ainda o Banco Popular de Campinas e o Banco de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto (57).

Há ainda casos de bancos locais em que se mesclam brasileiros e estrangeiros: Banco Ítalo Popular (J. I. Camargo Penteado, Vicente Salmo, Bento A. Sampaio Vidal, Marcolino Barreto, João Angelo Apprati, Delfino Camargo Penteado, Mariano Bello, Vicente Felizola); Banco Campineiro (J. F. Ferreira Jorge, Sérvulo Ferreira Assis, Mário Silva, J. Venâncio Faria, brasileiros; J. Duarte Figueiredo, Fortunato Ta-

(51) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 1/7/1899, p.1463.

(52) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 29/6/1899, p.1442.

(53) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 7/3/1899, p.527.

(54) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 20/6/1899.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 24/8/1899.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 3/10/1911.

(55) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 31/3/1903, p.p.661-4.

(56) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 4/3/1903, p.466.

(57) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 17/2/1903, p.p.367-8.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 25/7/1902, p.1575.

vares, J. Souza Guimarães, Henrique Sena, Afonso Sena, Alfredo Godinho, portugueses; Paulo G. Leser, francês, todos comerciantes residentes em Campinas) (58).

Completa-se, desse modo, o quadro dos bancos de âmbito local das cidades do interior. A evidência disponível sugere, por um lado, a importância, para esses bancos, dos depósitos de fazendeiros, comerciantes e colonos das fazendas de café. E sugere ainda serem os fazendeiros e os negociantes, brasileiros ou estrangeiros, os que instalam os bancos locais. Não se pode, portanto, ignorar a importância do pequeno comércio local no sentido de manter o movimento desses estabelecimentos. Já anotamos, também, outra característica desses bancos: seu caráter efêmero, associado, em parte, à dimensão reduzida e aos poucos recursos próprios com que contaram. Conseqüentemente, não resistiram a qualquer movimento adverso da conjuntura. Não é difícil entender porque encontramos múltiplos exemplos de bancos locais em períodos determinados. De resto, identificamos apenas dois bancos que permanecem desde sua fundação - em torno de 1892 - até o fim da Primeira República: Melhoramentos do Jahú e Popular de Guaratinguetá.

De modo geral, podemos afirmar que esses bancos locais podiam apenas suprir pequena parte das despesas de custeio da lavoura e nada em relação às despesas contra a falta de fazendas. Não bastassem as queixas da lavoura contra a falta de crédito, há outro evento que confirma essa hipótese: a multiplicação dos bancos de custeio rural no Estado de São Paulo, a que já nos referimos neste capítulo.

À sua proliferação não parece ter correspondido igual eficácia no sentido de prover crédito para a lavoura. É certo que o idealizador desses estabelecimentos - Jacinto da Silva Barros - não deve ter contado com o apoio oficial (59). Apesar disso, a Sociedade Incorporadora, de Jacinto Barros, leva à frente a formação dos bancos a partir de 1907, constituindo, por fim, uma Federação de Bancos de Custeio Rural. Já anotamos o grande número de sociedades incorporadas; também é possível encontrar comentários entusiasmados a respeito da experiência de crédito cooperativo (60). O futuro desses bancos, fadados ao desaparecimento, nos autoriza, no entanto, a concluir pelo fracasso dessa tentativa de suprir a lavoura do crédito a ela necessário.

Resta, pois, a pergunta: se no sistema bancário não encontramos formas peculiares de crédito para a agricultura como se resolvia esse problema?

D. O Crédito para a lavoura. Os Bancos Hipotecários

Já indicamos, ao longo do texto, algumas limitações do crédito para a lavoura. De início tinha por base a ação do comissário, mas esta começa a declinar a partir de fins do século passado. Ao se constituir o sistema bancário não se encontra dentro

- (58) *Diário oficial do Estado de São Paulo*. 14/2/1899, p.369.
Diário Oficial do Estado de São Paulo. 1/3/1900, p.p.459-60.
- (59) *Camara dos Deputados do Estado de São Paulo. Annaes da Sessão Extraordinária e Ordinária de 1903. s.l., s.c.p., 1904 p.p.746-7.*
O Estado de São Paulo. 5/3/1912, p.10.
O Estado de São Paulo. 29/1/1907, p.4.
- (60) *O Estado de São Paulo*. 17/5/1912. Seção Livre - Bancos de Custeio Rural.

dele instituição cuja atividade fosse primordialmente o financiamento da lavoura. Embora os bancos do interior tivessem nos fazendeiros parcela importante de sua clientela, procuramos mostrar quão limitada era a capacidade desse grupo de estabelecimentos de crédito. Resta, pois, examinar o realizado por dois bancos hipotecários que tinham, entre seus objetivos específicos, o financiamento da atividade agrícola: de 1882 é o Banco de Crédito Real de São Paulo, liquidado no ano de 1906; em 1909 é formado o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo que em 1926 passa ao controle do Governo do Estado, assumindo o nome de Banco do Estado de São Paulo. Tanto num, quanto noutro caso, as reclamações, mesmo que exageradas, refletem a insatisfação da lavoura com essa forma de crédito.

A coexistência da carteira hipotecária com uma carteira comercial, no Banco de Crédito Real, expressava o pouco interesse do banco em realizar empréstimos de longo prazo. Se as letras da carteira hipotecária podiam gerar recursos para o banco, boa parte desses era transferida para a carteira comercial em que os lucros se verificavam mais rapidamente. Em 1899, essa acusação era feita textualmente:

“Se o senhor diretor gerente quisesse não só poupar o sacrifício dos acionistas, como consolidar a carteira hipotecária, tão sacrificada pela comercial, da qual é credora de soma superior a 2.700.000\$000, trataria sem perda de tempo de liquidar esta dívida sem se preocupar com interesses de seus amigos (pois S. Exa. é possuidor de avultado número de ações da carteira comercial)” (61).

A acusação não era nova, pois o mesmo diretor gerente, Duarte Rodrigues, já se defendia, em 1896, do mesmo procedimento, justificando-o e não negando-o:

“O sr. conselheiro Duarte Rodrigues formalmente contestou que os dinheiros da carteira hipotecária tivessem sido, em qualquer tempo, malbaratados ou arriscados em transações perigosas da carteira comercial; e a demonstração desse acerto visivelmente resulta da marcha sempre crescente de lucros que o Banco tem registrado e da pontualidade com que tem acudido ao avultado serviço dos juros e da amortização de suas letras hipotecárias” (62).

Percebe-se claramente como recursos obtidos a prazos mais longos eram revertidos para aplicações de curto prazo. Como resultado, recursos, em princípio, destinados à lavoura voltavam para o meio urbano e para a atividade comercial.

A par desse problema, questionavam-se também as condições em que eram realizados os empréstimos. Em vários momentos fica presente a sugestão de que os empréstimos do Banco de Crédito Real não eram adequados às necessidades da lavoura. A questão aparecia com frequência em projetos e discursos na Câmara dos Deputados de São Paulo. Em 1896, projeto de lei para renovar o contrato do Banco com o Governo do Estado sugeria: a liquidação da carteira comercial, o aumento da capacidade de emissão de letras hipotecárias e a possibilidade dos devedores pagarem ao banco uma série de encargos por meio de letras hipotecárias por seu valor nominal (63).

(61) *O Estado de São Paulo*. 26/2/1899, p.4. Seção Livre - Banco de Crédito Real de São Paulo.

(62) *Diário Popular*. 11/5/1896, p.1. Seção Livre - Banco de Crédito Real de São Paulo.

(63) Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Annaes da Sessão Ordinária de 1895*. s.l., s.c.p., 1896, p.p.993-4.

Em 1899, em meio às discussões sobre como reorganizar o Banco de Crédito Real, Alberto de Assumpção afirmava seu ceticismo em relação a qualquer mudança naquele instituto de crédito :

“Eu entendo que o modo por que o governo fazia sacrifícios para a reorganização desse banco não importava absolutamente no mais leve benefício à lavoura, porque entendo ao contrário que o Banco de Crédito Real, tal como está organizado não pode corresponder aos seus fins. Empréstimos hipotecários feitos ao preço de 60\$ 000 ou 65\$ 000 por letra hipotecária! Não compreendo empréstimo mais oneroso, negócio mais mal feito” (64).

Ainda em 1903, na Câmara Federal, um deputado - Cândido Rodrigues - simpático ao conselheiro Duarte Rodrigues, acabava por reafirmar a impressão de que o Banco de Crédito Real pouco contribuía para fornecer recursos à lavoura :

“As instituições de crédito real, entre nós, têm tido uma vida completamente inglória; nunca correspondem às esperanças nelas depositadas. Têm sido precários, quase nulos mesmo, os benefícios por elas trazidos à lavoura, o que parece demonstrar que estão longe de satisfazer às conveniências e necessidades de um país como o nosso onde o capital encontra colocação vantajosa e segura aplicação a juros altos... Há exceções, é certo; e uma delas é a fornecida pelo Banco de Crédito Real de São Paulo, instituição que há vinte e dois anos é dirigida com capacidade verdadeiramente excepcional pelo seu digno gerente de até há pouco, o senhor conselheiro Duarte Rodrigues. Mas desse mesmo banco se pode apontar o número de empréstimos feitos à lavoura, sendo poucos os beneficiados, mesmo por sua contextura, pela sua natureza, por seu modo de operar em letras hipotecárias, o Banco de Crédito Real não podia prestar senão auxílios muito precários” (65).

O Banco de Crédito Real, objeto desse conjunto de críticas, encerra suas atividades em 1906. O relatório dos síndicos da liquidação arrolava, ao lado da crise que se abatia sobre a agricultura no início do século, o pouco cuidado da administração com os negócios do banco como responsável pela insolvência a que fora conduzida a instituição (66).

O crédito hipotecário foi revivido em 1909 com a formação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, instituição cujo destino se assemelha ao do Banco de Crédito Real: muitas reclamações durante os quase vinte anos de existência e uma liquidação camuflada por sua transferência para o Governo do Estado de São Paulo.

Se o Banco de Crédito Real não satisfazia à lavoura, a ausência de qualquer instituição hipotecária era também lastimada. Daí o ressurgimento de propostas visando a instalação de bancos para o crédito agrícola (67).

-
- (64) Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Anaes da Sessão Ordinária e Extraordinária de 1898*. s.1., s.c.p., 1899.
- (65) Congresso Nacional. *Anaes da Câmara dos Deputados (1903)*. Vol. VI. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904, p.58.
- (66) *O Estado de São Paulo*. 3/1/1906, p.1. A liquidação forçada das Sociedades de Crédito Real.
- (67) Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Anaes da Sessão Ordinária de 1909*. s.1., s.c.p., 1910, p.436. Discurso de Veiga Filho.

Instalado o Banco em 1909, mediante contrato com o Governo do Estado de São Paulo, já se manifestava algum pessimismo quanto à eficácia desse novo instituto. Pedro de Toledo, deputado em São Paulo, apreciava as modificações propostas pelo Governo em relação à lei original:

“Consistem as modificações propostas pelo governo no seguinte: 1º) na elevação a 50% da base legal do valor dos imóveis, quer urbanos, quer rurais, para garantia dos empréstimos hipotecários; 2º) na fixação máxima de 3.000.000\$000 para os seus empréstimos e para cada mutuário do referido banco. Estou de pleno acordo com as disposições do projeto de lei. Realmente, não seria eficaz este instituto de crédito hipotecário se nele se fossem introduzidas as modificações propostas. Mesmo com elas, é possível que não se realize essa desejada eficácia. Em todo o caso, sem elas é que absolutamente o banco não poderia operar com qualquer esperança de êxito” (68).

Com ou sem as modificações ressurgiam queixas em nome da lavoura contra o Banco de Crédito Hipotecário, mais uma vez na Câmara dos Deputados de São Paulo. Em 1918, manifestava-se o deputado Rodrigues de Andrade:

“Os felizardos acionistas do Banco Hipotecário têm, de fato, garantia de juros para 50.000.000 de francos; mas até há pouco tempo, o capital realizado era insignificante e hoje, creio que não se eleva a mais de 6.000.000\$000. Francamente, o Banco Hipotecário não preenche os fins a que se destina, não faz jus aos grandes favores com que é contemplado. É provavelmente devido à quantia irrisória do seu capital realizado, e ao desvio de seus poucos recursos para a sua carteira comercial, naturalmente mais lucrativa, em vista da celeridade das transações, que o Banco Hipotecário evita, por todos os meios e modos, fazer empréstimos agrícolas. Não podendo negar-se de um modo formal a fazer empréstimos à lavoura, creio eu, apresenta tais dificuldades, tem exigências tão exorbitantes relativamente a documentos e avaliações, que afugenta e escorraça todos os lavradores pretendentes. Canoniza-se um santo com mais prontidão e com menos formalidades do que no Banco Hipotecário se faz um empréstimo hipotecário ou de penhor agrícola...” (69).

No ano seguinte, o deputado Fernando Costa colocava novas críticas ao Banco Hipotecário:

“A falta de crédito agrícola entre nós é digna de atenção diante da imensa fortuna aplicada na exploração das nossas terras. Diversas tentativas têm sido feitas com o fim de resolver esse magno problema e por infelicidade nenhum conseguiu atingir o fim almejado. A prova do que acabo de afirmar está na existência de um único estabelecimento de crédito agrícola nesta capital, o qual faz as suas transações de acordo com o câmbio, o que faz constantes flutuações na vida econômica dos seus devedores” (70).

Em 1924, dois anos antes de sua transferência ao Governo do Estado, o Banco de Crédito Hipotecário ainda era objeto de críticas. Altino Arantes, presidente da

(68) *Ibid.*, p.352.

(69) Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Anaes da Sessão Ordinária de 1918*. s.l., s.c.p., 1920, p.755.

(70) Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Anaes da Sessão Ordinária de 1919*. s.l., s.c.p., 1920, p.755.

Diretoria do Banco, rebatia essas críticas ao afirmar que a instituição efetivamente realizava empréstimos agrícolas a 10% de juro. Admitia, no entanto, que também eram realizados empréstimos sob prédios urbanos, mas só quando o permitissem os recursos de caixa (71).

De qualquer modo, evidencia-se por esse conjunto de reclamações, o relacionamento problemático da lavoura com as instituições de crédito hipotecário.

Sabemos que o Banco do Estado de São Paulo - fruto da transferência do Banco de Crédito Hipotecário para o Governo do Estado em 1926 atendeu a alguns pedidos antigos da lavoura, em especial o crédito contra "warrants". Este tema nos levou já ao fim do período e tem implicações particularmente relevantes durante os anos trinta.

3. O Sistema Bancário e a Economia Paulista Durante a Primeira República

Até aqui ocupamo-nos dos bancos de São Paulo na Primeira República em si, sem pretender situá-los no quadro mais amplo da economia paulista. Algumas indicações se fizeram necessárias para definir as características operacionais desses bancos, indicações essas que agora devem ganhar caráter mais sistemático.

Esta empresa supõe uma visão do desenvolvimento da economia paulista que desejamos, desde já, explicitar (72). Os estudos clássicos a respeito do tema fixam-se na análise da relação entre dois setores: a agricultura (cafeeira) e a indústria nascente. Para alguns autores, o desenvolvimento industrial só poderia ocorrer em situações de crise da cafeicultura, determinadas pela retração do mercado mundial. Para outros, o desenvolvimento da indústria exige o crescimento da produção agrícola exportável porque desta provém os capitais e também o mercado para os manufaturados. A polémica em torno destas posturas apresenta múltiplas faces e prolonga-se no tempo, com desdobramento mesmo em estudos recentes.

Uma terceira postura vem se definindo nos últimos anos; consiste em reconhecer, como já indicamos anteriormente, a existência do *capital cafeeiro*: este não se define, de imediato, por ser agrícola, industrial, comercial, financeiro. Pelo contrário, apresenta todas essas faces ao mesmo tempo. Concretamente, esta perspectiva sugere que os mesmos agentes desempenham o papel de fazendeiros de café, de comerciantes, de banqueiros e até mesmo, em algum grau, de industriais. A novidade que surge com esta interpretação está na posição dominante do capital mercantil (ou da face mercantil do capital cafeeiro) na economia cafeeira do Brasil entre 1830 e 1930.

Nossa perspectiva aproxima-se desta última, embora busque caracterizar algumas especificidades do desenvolvimento paulista. As origens comerciais e fundiárias do grupo que assume a liderança da economia cafeeira são bastante conhecidas. Antigos comerciantes (de mercadorias importadas, de animais para transporte) associam-se a velhos proprietários rurais de São Paulo: já em fins do Século XVIII, instala-se a grande lavoura canavieira no planalto, lavoura essa que é substituída progressivamente pelo café no correr do século seguinte.

(71) *O Estado de São Paulo*. 19/12/1924, p.10.

(72) A perspectiva sob a qual encaramos a economia paulista durante a Primeira República é apresentada de modo minucioso em SAES, F.A.M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*, citado, especialmente Cap. 5 e Conclusão.

A segunda metade do Século XIX testemunha profundas mudanças na economia paulista. Não se trata apenas da expansão do café rumo ao interior com o povoamento que lhe é inerente. Trata-se da criação de novos setores ou ampliação de antigas atividades a níveis incomparavelmente superiores.

Em torno de 1860, a par da produção cafeeira escravista no interior, encontrávamos no porto de Santos o comércio comissário de razoável importância. A seu lado, os exportadores estrangeiros, alguns dos quais também realizavam importações. O transporte de café das fazendas até o porto era feito por tropas de mulas. Na cidade de São Paulo, concentrava-se a atividade administrativa, ao lado de algum comércio, o Banco do Brasil e atividades artesanais mínimas.

Se compararmos este quadro de 1860 com o de 1900, o contraste é imediatamente anotado: as fazendas, que ocupam área bem superior, já contam com os colonos, em geral imigrantes europeus. Em Santos, ao lado do porto - agora administrado pela Companhia Docas de Santos - encontramos comissários e exportadores; além deles, começam a se instalar as companhias de armazéns gerais, há várias agências bancárias, empresa de energia e de transportes urbanos.

O transporte de café das fazendas ao porto é agora feito por estradas de ferro: São Paulo Railway, Companhia Paulista, Mogiana, Sorocabana e várias outras empresas de menor porte servem o território paulista.

Na cidade de São Paulo, o panorama também sofre ampla transformação: além das ferrovias que agora cortam a cidade, grandes casas importadoras, diversos bancos, empresas de transportes urbanos (primeiro à tração animal e, depois de 1899, à tração elétrica), empresas de energia e de águas e esgotos, algumas indústrias de grande porte e muitas outras com poucos empregados. Estas breves referências bastam para podermos dimensionar a mudança que ocorre em São Paulo em cerca de trinta ou quarenta anos.

Pretendemos afirmar, portanto, que em curto espaço de tempo surgem oportunidades de investimento em grande número numa economia até então pouco diversificada. Ou seja, o campo de investimento, a um tempo, sofre alargamento e aprofundamento.

Parte desses investimentos é realizada pelo capital estrangeiro: a estrada de ferro de Santos a Jundiaí, a iluminação a gás da cidade de São Paulo, o transporte urbano à tração elétrica são levados à frente por empresas organizadas no exterior. A seu lado, há casas comerciais (principalmente no comércio exterior) e bancos estrangeiros instalados em São Paulo e Santos.

O capital nacional - na sua maior parte, paulista - pode também participar das novas empresas originárias do rápido desenvolvimento da economia cafeeira. A elevada concentração da riqueza já existente condiciona os resultados dessa expansão: os novos empreendimentos também são dirigidos, em grande parte, pelos mesmos indivíduos, famílias ou grupos. Embora possa haver comissários e comerciantes ricos, as grandes fortunas ficam nas mãos de grandes proprietários de fazendas de café que, por vezes já associam alguma atividade comercial ou financeira. Esses grupos reaparecem como acionistas e dirigentes das novas empresas que se formam a partir de 1870.

Desse modo, preferimos identificar, na expansão cafeeira, a existência de um *grande capital* cuja característica está exatamente em associar a atividade agrícola em

grandes propriedades a uma série de outras empresas, estas urbanas, embora voltadas ou sustentadas pela atividade cafeeira.

Ao início da Primeira República, esse grande capital parece já se ter consolidado de modo a podermos rastreá-lo ao longo de todo o período em suas múltiplas faces.

Evidentemente, esta perspectiva tem implicações interpretativas importantes diante dos esquemas clássicos que se colocam para a Primeira República. Antes de mais nada, a realidade apresenta-se muito mais complexa do que aquela que é suposta por quem explicita apenas cafeicultura e indústria como pólos da análise.

Mais importante ainda, passa-se a admitir a segmentação da agricultura em dois estratos bastante característicos: de um lado, o de grandes fazendeiros vinculados a outras atividades (em geral urbanas); de outro lado, os demais fazendeiros (com pequenas e médias propriedades) (73) que fazem da "lavoura" sua única fonte de renda. Enquanto todos eram exclusiva ou parcialmente fazendeiros de café, as divergências por questões de política econômica seriam mínimas; tais diferenças tornam-se expressivas desde que a renda de um estrato - dos grandes proprietários - passa a depender progressivamente de outros setores da economia. Evidentemente, políticas favoráveis à lavoura eram inadmissíveis a outros setores, dadas as peculiaridades de cada atividade. Como veremos na terceira parte deste estudo, moeda e câmbio são temas controversos e que colocam em conflito diferentes grupos durante a Primeira República.

Vale notar, a dicotomia entre *grande capital e lavoura*, acima delineada, encontra ressonância no acesso aos créditos bancários. Cincinato Braga advertia que:

"O problema do crédito agrícola, no Estado de São Paulo, demanda duas soluções distintas, embora paralelas: a dos grandes e a dos pequenos empréstimos. Os grandes empréstimos (chamo os de vinte contos para cima) visam atender à freguesia de grandes lavradores. Esses podem ser realizados em bancos que funcionam na capital, porque proporcionam aparas de onde saem as despesas de viagem e permanência na mesma capital, dos pretendentes vindos do interior para a realização de tais empréstimos, ou de onde saem os honorários para intermediários que os obtenham. Os pequenos empréstimos... e que são os melhor empregados e mais úteis aos pequenos lavradores, esses só podem ser realizados por bancos locais ou por agências bancárias espalhadas pelos municípios e distritos de paz" (74).

Basta lembrar que o capital dos bancos locais do interior atingia, em geral, valores entre cinquenta e cem mil contos de réis para se avaliar a dimensão dos grandes empréstimos.

Em torno de 1899, a cisão entre lavoura e governo adquire expressão política nas propostas de formação do Partido da Lavoura. Inconformados com a política econômica, os lavradores marcam sua divergência com os políticos que detêm o

(73) Em 1904/5, havia em São Paulo 56.931 propriedades agrícolas sendo 21.535 (37,8%) com menos de 10 alqueires e 11.735 (20,6%) entre 10 e 25 alqueires, com o total de 58,4% de propriedades com menos de 25 alqueires. PESTANA, P.R. *L'État de São Paulo*. S. Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1923.

(74) BRAGA, C. *op.cit.*, p.213.

governo em suas mãos e recusam identificar-se com tais políticos; assim observamos nesta manifestação de apoio à formação do Partido da Lavoura:

“Parece que desta feita teremos por aí obra nova em relação à nossa viciosa política. O congresso do Estado de ora avante deverá ser constituído, não por turmas parlamentares submissas e designadas por essa abominável oligarquia que nos infelicitiza, mas por legisladores independentes que se empenharão na medida de suas forças pela solução imediata de palpitantes problemas econômicos que há muito deveriam estar aventados e resolvidos. Aos agricultores, a essa classe, de todas as mais ligada ao solo pátrio; a essa classe, essencialmente ordeira e laboriosa, cabem as glórias de tão alevantada e prometedora mutação” (75).

Mais significativa era a seguinte afirmação:

“Os presidentes da República e do Estado embora lavradores se acham nestas posições não como lavradores, porém como políticos proeminentes. Neste caráter pouco tem a lavoura a esperar deles, que acima de tudo encaram a política em suas fascinadoras miragens aqui e além mar” (76).

Esta proposta, que acaba por não se completar, gera alguma polêmica que, acreditamos, coloque em campos opostos o grande capital (aí identificado com os políticos) e a lavoura. Trata-se, evidentemente, de uma disputa pelo domínio de instrumentos de política econômica tanto ao nível estadual quanto federal, disputa em que a lavoura se via prejudicada nos momentos críticos.

A constituição do grande capital inclui também o sistema bancário. As ligações entre empresas de crédito e de demais setores mostra-se evidente quando observamos os quadros dirigentes das sociedades durante a Primeira República. Sem dúvida, no período inicial da República deve ter havido exagerada ampliação do número de sociedades anônimas, fruto da nova legislação. A Associação Comercial registrou, para os anos de 1891 e 1892, a fundação de 144 novas sociedades anônimas (em 1892, apenas três, em 1893 duas, em 1894 e 1895, uma em cada ano) (77). Muitas dessas empresas são liquidadas nos anos seguintes ou mesmo perdem sua forma de sociedade anônima mas continuam a funcionar como empresas individuais ou limitadas. De qualquer modo, as referências disponíveis são suficientemente sólidas para que evitemos confundir ações especulativas com o movimento mais amplo da economia paulista.

Vejamos pois, de início, como os principais bancos paulistas da década dos noventa estão articulados a empresas dos demais setores.

O Banco do Comércio e Indústria tinha em sua diretoria, em 1890, Antonio da Silva Prado, Marquês de Três Rios (Joaquim Egídio de Souza Aranha), Antonio de Souza Queiroz e o Barão de Piracicaba (Rafael Paes de Barros). Em 1895, além de Antonio Prado e Barão de Piracicaba, integram a diretoria João Álvares Rubião Júnior e J. Queiroz Lacerda. Já em 1900, estão presentes também Francisco A. de

(75) *Diário Popular*. 20/2/1899, p.2. Os Clubs da Lavoura e a Política.

(76) *Diário Popular*. 26/1/1899, p.2. Lavoura.

(77) *Relatório da Associação Comercial de São Paulo. Anno de 1895*. São Paulo, Typographia da Industrial de São Paulo, 1896, p.109.

Souza Queiroz e Antonio Campos Toledo. Neste mesmo ano, o Conselho Fiscal é composto por Paula Machado, Adolpho Augusto Pinto e J. Bernardo Silva (78). Estes mesmos nomes (e seus familiares) podem ser encontrados em outras empresas.

O próprio Banco do Comércio e Indústria de São Paulo possuía ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (em 1894 equivalentes a cerca de 2% do capital da empresa ferroviária). Antonio da Silva Prado era também presidente da Paulista e tinha Francisco A. de Souza Queiroz como diretor. Entre os maiores acionistas em 1894, contavam-se ainda Marquês de Três Rios, Veridiana Prado (mãe de Antônio Prado), Baronesa de Souza Queiroz. Em 1900, Paula Machado e Adolpho Pinto compõem a mesa da Assembléia da Companhia Paulista e no Conselho Fiscal estão presentes João Álvares Rubião Júnior e J. Queiroz Lacerda (79). Torna-se evidente, por esse arrolamento de nomes, a identidade que deveria haver entre as diretorias do Banco Comércio e Indústria e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Estes mesmos nomes reaparecem em outras empresas. A Companhia Central Paulista (comércio, principalmente exportação de café), em 1892, tinha os seguintes acionistas: Elias Fausto Pacheco Jordão (diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1888), Antonio da Silva Prado, Barão de Três Rios, João Álvares Rubião Júnior, Barão de Piracicaba, Antonio Souza Queiroz, todos associados ao Banco do Comércio e Indústria (80). Também no comércio, a família Souza Queiroz, em particular Francisco A. de Souza Queiroz, mantinha vínculos (como dirigente e acionista) da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, importante casa dedicada ao comércio de exportação e importação e fabricação de máquinas agrícolas. Os herdeiros de Martinho da Silva Prado (pai de Antonio Prado) também detinham ações desta empresa (81).

No Banco de São Paulo era possível observar o mesmo tipo de articulação com diversas empresas. Já observamos que este banco foi organizado em 1889, reunidos, entre outros, Conde do Pinhal, Barão de Tatuí, Marquês de Três Rios, Barão de Piracicaba (ambos do Banco do Comércio e Indústria), Barão de Araraquara, Carlos Teixeira de Carvalho e João Batista de Melo Oliveira. Durante a década de noventa, encontramos entre seus diretores e conselheiros: Conde do Pinhal, Barão de Tatuí, João Proost Rodovalho, Frederico Abranches, João Borges de Figueiredo, Eduardo Prates, Bento José de Carvalho, J. A. Oliveira César (82).

-
- (78) *O Estado de São Paulo*. 3/1/1890, p.3; *Diário Popular*. 11/1/1896, p.2; *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 10/3/1901, p.p.801-2.
- (79) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 21/7/1900, p.1704. *Relatório nº 45 da Diretoria da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais para a Sessão de Assembléia Geral em 29 de abril de 1894*. S. Paulo, Typ. da Cia Industrial de S. Paulo, 1894.
- (80) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 16/2/1892, p. 2121. *Relatório nº 38 da Diretoria da Companhia Paulista para a sessão de Assembléia Geral em 30 de setembro de 1888*. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler, 1888.
- (81) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 30/3/1892, p.p. 2440-2.
- (82) *Correio Paulistano*. 20/2/1896, p. 2.
Diário Oficial do Estado de São Paulo. 14/2/1899, p. 369.
Diário Oficial do Estado de São Paulo. 6/7/1899, p. 751.

Eduardo Prates, Bento José de Carvalho e João Batista Melo Oliveira fizeram parte da diretoria e conselho da Companhia Paulista em alguns períodos (83). Barão de Tatuí também era acionista da Companhia Central Paulista já referida. Carlos Teixeira de Carvalho e João Borges de Figueiredo eram acionistas da Companhia Mercantil e Industrial de São Paulo em 1892 (84). Embora até aqui os vínculos do Banco de São Paulo não sejam tão estreitos quanto os do Banco do Comércio e Indústria, as referências anotadas permitem observar a mesma tendência.

O mesmo se repete com o Banco União de São Paulo que, até 1906, mantém atividade de banco comercial. Seu presidente, Antonio Lacerda Franco, foi diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e presidente da Companhia Telefônica de São Paulo. Domingos de Moraes, conselheiro do Banco, fez parte da diretoria da Companhia Paulista; por seu turno, os conselheiros Alexandre Siciliano e Carlos Paes de Barros eram diretores da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, à qual já nos referimos (85).

Os exemplos acima permitem confirmar a hipótese até aqui proposta: embora as companhias citadas constituam empresas independentes, sem controle de umas sobre outras, suas diretorias e conselhos são compostos por pessoas que se repetem em vários cargos.

Ainda na década de noventa, há outros grupos que se articulam de modo semelhante.

O Banco dos Lavradores tinha como presidente o Barão Ataliba (J. Ataliba Nogueira) que era também presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e da Companhia MacHardy Manufatureira e Importadora, ambas com sede em Campinas. O próprio banco era acionista das duas empresas e identificamos várias pessoas que participam, como acionistas ou dirigentes, de duas dessas três sociedades: Bento Quirino dos Santos (Mogiana e MacHardy), Barão Geraldo de Rezende (banco e Mogiana), José França de Camargo, Ismael Dias da Silva e Gabriel Dias da Silva (banco e MacHardy) (86).

Um caso bastante peculiar encontra-se na atividade de Antonio Proost Rodvalho. Originário do comércio de São Paulo, fundou o Banco Comercial de São Paulo (nos anos oitenta); esteve presente nas diretorias de estradas de ferro (Paulista, São Paulo e Rio de Janeiro), de empresas industriais (fábrica de tecidos Anhaia, Companhia Industrial Rodvalho, Companhia Italo-Paulista, Companhia Lupton) (87).

Estes exemplos dos anos noventa podem ser repetidos inúmeras vezes; citamos apenas mais alguns casos específicos para reafirmar ainda uma vez a configuração das empresas de São Paulo ao início da República. José Pinto de Camargo Cintra era presidente do Banco Construtor e Agrícola de São Paulo e conselheiro da Mogia-

(83) *Relatório nº 45 da Diretoria da Companhia Paulista . . . citado.*

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 6/7/1899, p. 1508.

(84) *Diário Oficial do Estado de São Paulo.* 9/1/1892, p. 1882.

(85) *Diário Oficial do Estado de São Paulo.* 22/4/1900, p. 971.

(86) *Diário Oficial do Estado de São Paulo.* 27/6/1899, p. 1412.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 5/2/1901, p. 478.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. 20/8/1902, p.p. 1772-4.

(87) *Correio Paulistano.* 26/1/1896, p. 2.